

## OMS prevê aprovar uso emergencial da Coronavac em março



A Coronavac, vacina contra Covid-19 que integra o programa de imunização dos governos federal e paulista, deve receber autorização da OMS (Organização Mundial de Saúde) para uso emergencial no começo de março. De acordo com o departamento regulatório da OMS, os dados para deslançar o processo devem ser recebidos ainda neste mês.

Até esta segunda (11), só o imunizante da Pfizer já teve uso autorizado pela OMS. A principal vacina do programa de imunização brasileiro, a de Oxford/AstraZeneca, já teve seu processo iniciado, mas a entidade aguarda dados dos fabricantes da Coreia do Sul, que vão produzir as ampolas que farão parte da rede global de vacinação Covax (o imu-

nizante da Oxford é fabricado em oito países).

A vice-diretora-geral da OMS Mariângela Simão, responsável pelo departamento que avalia as vacinas e autoriza seu uso, disse que, se documentos forem entregues até o final de janeiro, como previsto, a vacina poderia ser autorizada até o fim de fevereiro ou começo de março.

A avaliação pela OMS não afeta a autorização do uso dos imunizantes pela Anvisa (agência regulatória brasileira). Embora possa ser usada por países individuais para guiar suas decisões, a recomendação da OMS é obrigatória apenas para compras feitas pela própria organização ou por meio de seus fundos.

No Brasil, a Anvisa já recebeu pedido para uso emergencial das vacinas Corona-

vac e Oxford/AstraZeneca, e a previsão dos governos é que a imunização comece ainda em janeiro.

A organização já tem em mãos também o dossiê completo de uma das vacinas desenvolvidas pela chinesa Sinopharm, afirmou o diretor-geral da entidade, Tedros Adhanom Ghebreyesus. De acordo com os dados da entidade, é a desenvolvida em Pequim. Outro produto, desenvolvido em Wuhan, está em fase anterior de análise.

Além das cinco vacinas já citadas, a organização já tem dados parciais da russa Sputnik V. Há outros seis imunizantes em diferentes fases anteriores de análise: Janssen (Bélgica), Vector (Rússia), CanSinoBIO (China), Moderna (EUA), Serum (Índia) e Novavax (EUA). Folhapress

## Economia



**Covid, meio ambiente e geopolítica estão entre os riscos às empresas em 2021, diz pesquisa**

Página - 03

**Vendas caem 10,3% na semana do Natal em São Paulo**

Página - 03

## Agronegócio



**Crescimento da apicultura no Norte de Minas atrai compradores de mel e derivados do produto**

Página - 05

## Empresas



**Ford vai fechar todas as fábricas no Brasil e encerrar produção no país**

Página - 06

## No Mundo

### OMS inicia investigação na China sobre origem do coronavírus na quinta-feira



A equipe de especialistas da OMS (Organização Mundial da Saúde) designada para investigar as origens da pandemia de Covid-19 chegará à China na próxima quinta-feira (14), confirmaram autoridades do país nesta segunda (11).

A falta de autorização de Pequim atrasou a chegada da aguardada missão, no que o ministro das Relações Exteriores da China chamou de “mal entendido”.

A Comissão Nacional de Saúde, que anunciou a data, havia postergado a chegada da equipe, marcada inicialmente para o início de janeiro, e não deu detalhes de qual será o itinerário da

missão da OMS no país. O diretor-geral da organização da ONU, Tedros Adhanom Ghebreyesus, elogiou a notícia. “Estamos ansiosos para trabalhar juntos com os nossos pares [chineses] nesta missão importante para identificar a origem e sua introdução na população humana”, escreveu ele no Twitter.

Antes, quando os especialistas foram barrados de entrar no país, no início do mês, forçando dois membros da equipe a retornar, Tedros havia dito estar “muito desapontado”.

A China tem sido acusada de encobrir o atraso na reação inicial à pandemia, permitindo a disseminação do vírus, registrado pela primeira vez

na cidade de Wuhan, no final de 2019.

Os EUA pedem uma investigação transparente liderada pela OMS e criticaram os termos da missão, que permitiu a participação de cientistas chineses na primeira fase da pesquisa preliminar.

Pequim tem buscado moldar a narrativa de quando e onde a pandemia começou. Um diplomata sênior, Wang Yi, por exemplo, afirma que “mais e mais estudos” mostram que o patógeno emergiu em diversas regiões.

Um especialista em saúde ligado à OMS disse que a expectativa de que a missão chegue a uma conclusão após a viagem à China devem ser “muito baixas”.  
Folhapress

### Por ‘incitação à insurreição’, democratas iniciam 2º processo de impeachment de Trump

A Câmara dos Deputados dos EUA deu início nesta segunda (11) ao segundo processo de impeachment de Donald Trump, presidente com apenas mais nove dias de mandato.

Os democratas apresentaram uma resolução que pede o afastamento do presidente por incitação à insurreição e à violência, depois de ele ter estimulado uma multidão a sabotar um dos processos previstos na Constituição - a certificação dos resultados da eleição presidencial, feita pelo Congresso.

“Ele, deliberadamente, deu declarações que encorajaram ações ilegais. Incitada pelo presidente, uma multidão invadiu o Capitólio de forma ilegal, atacou equipes de segurança, ameaçou membros do Congresso e o vice

(...) e se engajou em atos violentos, mortais, destrutivos e sediciosos”, diz a petição.

O pedido cita falas de Trump, como “se vocês não lutarem para valer, vocês não terão mais um país”, e menciona os esforços dele para subverter a eleição que perdeu, como o telefonema ao secretário de Estado da Geórgia, a quem pediu que “encontrasse votos” para mudar o resultado.

Antes, os democratas apresentaram uma resolução para pedir ao vice Mike Pence que invoque a 25ª Emenda, dispositivo constitucional segundo o qual Trump poderia ser removido sob a justificativa de incapacidade. No entanto, a proposta foi barrada pelos republicanos e, assim, terá de ser votada no plenário nesta terça (12).

Rafael Balago/Folhapress



### Arábia Saudita anuncia criação de cidade ecológica sem carros



A Arábia Saudita, o maior exportador mundial de petróleo bruto, anunciou a criação de uma cidade ecológica com “zero carros, zero estradas, zero emissões de CO<sub>2</sub>” no Neom, área no noroeste do país que se encontra em desenvolvimento.

Uma região futurista e turística, Neom está na lista dos muitos megaprojetos em curso para diversificar a economia da Arábia Saudita, que depende fortemente da exportação do petróleo.

“Como presidente da direção da Neom, apresento

“The Line”, uma cidade que pode acomodar 1 milhão de habitantes, tem 170 quilômetros de comprimento e preservará 95% das áreas naturais”, anunciou o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman em comunicado transmitido na televisão.

“Não haverá carros, estradas e terá emissões zero de carbono”, acrescentou o líder do país, que é a maior economia do mundo árabe, mas regularmente classificada entre os estados mais poluidores do mundo.

“Devemos transformar as cidades em cidades do futu-

ro”, disse, referindo-se a uma “revolução civilizacional”.

Quanto a detalhes do projeto, só serão divulgados mais tarde, assegurou o príncipe Mohammed bin Salman, antes de mostrar imagens computadorizadas da “linha” e paisagens de desertos primitivos e mares azuis.

O novo centro urbano será também baseado em tecnologias de inteligência artificial (IA) e “equipamento de baixo impacto de carbono, alimentado a 100% por energia renovável”.

RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda  
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

## Covid, meio ambiente e geopolítica estão entre os riscos às empresas em 2021, diz pesquisa



Programas de vacinação conturbados, desentendimentos entre EUA e China, dificuldades na retomada econômica e questões socioambientais e de aceleração digital são os cinco maiores riscos das empresas ao redor do mundo em 2021, apontou o novo RiskMap da Control Risks, divulgado nesta segunda-feira (11).

No Brasil, segundo o diretor da Control Risks, Thomaz Favaro, esses riscos se garvam quando se leva em consideração os aspectos políticos e fiscais do país.

“Em relação ao risco trazido pela pandemia, toda a região [da América Latina] está ficando um pouco para trás no calendário de vacinação e na cobertura contratada. No Brasil, ainda vemos o gover-

no federal e os estados patinando com a compra de vacinas e isso também impacta a recuperação econômica do país”, afirmou.

“Enquanto alguns países começam a retomar uma agenda de austeridade para a retomada, muitos, como o Brasil, precisarão correr atrás dos prejuízos trazidos pela Covid. A situação fiscal é dramática para o país em 2021 e é uma situação que precisa estar em pauta no jogo político”, disse Favaro.

O posicionamento pró-Trump do governo de Jair Bolsonaro (sem partido) também agrava, no caso brasileiro, os riscos relacionados aos embates entre EUA e China. A preocupação, segundo Favaro, deve-se ao fato de a China ser um país de grande importância para a

balança comercial brasileira.

“Uma boa parte dos países ao redor do mundo tenta adotar uma postura de não alinhamento, tentando trabalhar com as duas nações. O Brasil tem tomado a direção contrária, de afastamento. Mas é improvável que isso se prolongue e chegue a reverter o investimento, a China é importante demais para toda a América Latina”, disse o executivo da Control Risks.

Em relação às questões socioambientais, que ganharam destaque ao longo de 2020 com o tema de melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ou ESG, como são conhecidas pelo mercado), a expectativa é de uma pressão nas empresas para a adoção de uma posição favorável ao assunto.

Isabela Bolzani/Folhapress

## BB anuncia reestruturação que prevê fechar 361 unidades e programa de demissão voluntária



O Banco do Brasil aprovou um conjunto de medidas que diminuem sua estrutura organizacional com fechamento de pontos de atendimento e programas de demissão voluntária. Serão encerradas 361 unidades, sendo 112 agências, 7 escritórios e 242 postos de atendimento.

As medidas foram anunciadas nesta segunda-feira (11) ao mercado. O banco estima que a economia anual com as medidas alcance R\$ 353 milhões em 2021 e R\$ 2,7 bilhões até 2025.

A discussão sobre um enxugamento da estrutura do BB existia desde meados do ano passado, mas ganhou

## Vendas caem 10,3% na semana do Natal em São Paulo

As vendas no varejo físico na capital paulista caíram 10,3% entre os dias 18 e 24 de dezembro de 2020 na comparação com o mesmo período de 2019, de acordo com o Indicador de Atividade do Comércio-Natal, da empresa Serasa Experian. Ela analisa o comportamento do consumo.

No fim de semana entre os dias 18 e 20 do último mês de 2020, o recuo foi de 5,6% na comparação com os dias 20 a 22 do mesmo mês do ano anterior. Segundo a entidade, este é o pior desempenho já

registrado na série histórica, iniciada em 2003.

“O surgimento de uma segunda onda de contaminação da covid-19, que aqui no Brasil se intensificou a partir da segunda metade de novembro, avançando por todo o mês de dezembro, afugentou o consumidor das lojas”, diz a Serasa.

Segundo ela, além disso parte das vendas de Natal acabou sendo antecipada na Black Friday, em novembro, quando houve alta de 6,1% em 2020, algo considerado razoável pela entidade.

Flávia Albuquerque/ABR



força e profundidade com a chegada de André Brandão, presidente do BB que tomou posse em setembro de 2020.

A cúpula do banco já tinha visões sobre a necessidade das mudanças, mas o desenvolvimento do plano só foi adiante após a posse do executivo vindo do HSBC.

As mudanças anunciadas já estavam em grande parte acertadas com o Ministério da Economia, principalmente as que envolvem desligamento de pessoal. A estratégia é rever a necessidade de atendimento físico e fortalecer os canais digitais, que já representam a maior parte das operações.

De acordo com o banco, a

Covid-19 acelerou esse movimento. A quantidade de transações em guichês de caixa no BB caiu 42% desde 2016, enquanto o uso digital dobrou no mesmo período e já responde por 86% das transações.

“Essa tendência não apenas continua como se acentuou fortemente durante a pandemia, antecipando em mais de um ano nossas projeções de uso dos canais digitais”, afirma o banco em comunicado.

Desde abril do ano passado, o aplicativo do banco ganhou mais 4,7 milhões de usuários, chegando a 19,4 milhões, com uma média diária de crescimento 273% maior do que antes da pandemia.

## Política

### Maia sobe tom contra Bolsonaro e deve deixar impeachment na gaveta



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), subiu o tom contra Jair Bolsonaro (sem partido), mas a abertura de um processo de impeachment do presidente da República está descartada. Os pedidos já feitos, contudo, não deverão ser arquivados. Ficarão na gaveta à espera do próximo chefe da Casa.

Até o final da semana passada, já haviam sido protocolados cerca de 60 pedidos.

Se Maia decidisse abrir um processo nos últimos dias à frente da Câmara, seu sucessor teria de, obrigatoriamente, levar o caso adiante a partir de fevereiro, quando os trabalhos do Legislativo serão retomados.

Maia, porém, disse a aliados que não vai abrir nem

arquivar nenhum processo. Além de entender que não há ambiente político, o atual presidente da Câmara não quer dar espaço para que apontem oportunismo de sua parte às vésperas de voltar à planície do plenário.

Por outro lado, o deputado não vê espaço para arquivar os pedidos, medida que o tornaria ainda mais alvo dos críticos que insistem que ele tome uma medida mais dura contra Bolsonaro.

A conduta destoa, por exemplo, de medidas do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Antes de deixar o comando dessa Casa, Alcolumbre arquivou todos os 38 pedidos de impeachment de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e

do procurador-geral da República, Augusto Aras.

Com a decisão de Maia, os pedidos vão continuar na gaveta do gabinete da presidência da Câmara, que é disputada por Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro, e Baleia Rossi (MDB-SP) -apadrinhado de Maia em uma aliança que envolve 11 partidos, incluindo siglas da oposição.

O número de pedidos de impeachment deverá aumentar nos próximos dias.

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz, vai levar o tema para discussão no Conselho Federal da entidade. “Colocamos em andamento o processo interno”, afirmou ele à reportagem.

Daniel Carvalho/Folhapress

### Bolsonaro cobra apoio da bancada ruralista a Arthur Lira em disputa na Câmara



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta segunda-feira (11) que “o campo nunca teve um tratamento tão justo e honesto como tem comigo” e cobrou que, por isso, os integrantes da bancada ruralista apoiem o deputado Arthur Lira (PP-AL) na disputa pela presidência da Câmara.

No domingo (10), o presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), declarou publicamente apoio a Baleia Rossi (MDB-SP), adversário do candidato apoiado pelo Palácio do Planalto.

“Democracia com compromisso de entrega: anúncio desde já que votarei no

### Sancionada lei que permite alterações de competições em pandemia

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.117, de 8 de janeiro de 2021, que permite alterações em regulamentos de competições esportivas em caso de surtos, epidemias e pandemias que possam oferecer risco à integridade dos atletas.

Essas alterações de regulamento devem, no entanto, ser aprovadas pelas agremiações participantes. A nova lei altera o Estatuto de Defesa do Torcedor.

Bolsonaro, no entanto, vetou o trecho que possibilitaria a suspensão do pagamento das parcelas do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade

Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).

“Por implicar em renúncia fiscal sem estimativa de impacto orçamentário-financeiro, foi vetada a proposta de suspensão das parcelas de tributos não pagas”, afirmou a presidência da República, em nota.

Esse era o trecho mais discutido e considerado mais importante pelos parlamentares na época da aprovação do projeto. Há a possibilidade do Congresso derrubar os vetos presidenciais, em sessão conjunta. O Congresso voltará do recesso em fevereiro e ficará a cargo do presidente da Casa marcar uma sessão para apreciação de vetos. Marcelo Brandão/ABR



deputado Baleia Rossi, candidato do meu partido MDB Nacional, para presidência da Câmara dos Deputados”, escreveu o parlamentar.

O deputado Sergio Souza (MDB-PR), que assumirá o comando da bancada no fim do mês, também já declarou apoio a Baleia Rossi.

Bolsonaro não os citou, mas cobrou a bancada ruralista de uma maneira geral. A frente agro está dividida. A conversa com apoiadores, no jardim do Palácio da Alvorada, foi publicada com vários cortes em um canal simpático ao presidente.

“O campo nunca teve um tratamento tão justo e honesto como tem comigo, em todos os aspectos. [corte brusco] Alguns parla-

mentares do campo, em vez de apoiar nosso candidato, estão apoiando outro candidato”, disse Bolsonaro.

Bolsonaro cobrou unidade a estes parlamentares, disse não comandar o Brasil sozinho e, numa referência à gestão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que “não podemos ter mais dois anos pela frente com a esquerda fazendo a pauta”.

O presidente afirmou que “do lado de lá”, numa referência à candidatura de Rossi, apoiada por Maia, estão partidos como PT, PC do B e PSOL, “que atrapalhou a gente dois anos”. O PSOL ainda não anunciou se apoiará Baleia Rossi ou se apresentará candidato próprio. Folhapress



## Agronegócio

### Crescimento da apicultura no Norte de Minas atrai compradores de mel e derivados do produto



A apicultura vem crescendo no Norte de Minas e se consolidando nos últimos anos como uma atividade rural de relevância, principalmente junto aos pequenos produtores. Em 2001, eram 312 pessoas trabalhando com a criação de abelhas. Já em 2019, este número saltou para 1.900 pessoas. Um dos motivos apontados pelos próprios apicultores e técnicos está na maior capacitação de produtores, o que acabou atraindo o interesse comercial de entrepostos de São Paulo e Santa Catarina pelo mel local, valorizando o produto comercialmente. Entrepostos são estabelecimentos que compram o mel, processam os derivados e comercializam com marca própria,

inclusive para outros países. Mais treinados, os apicultores passaram a conhecer novas tecnologias e as boas práticas de produção, melhorando o manejo dos apiários, o processamento dos produtos apícolas e aumentando a produtividade. Outro fator atrativo, foi o reconhecimento de ser esta uma atividade que não toma muito tempo e por isso permite que o produtor possa diversificar a produção agropecuária de sua propriedade e garantir uma renda extra.

A organização desses profissionais, em associações e cooperativas, também explica esse avanço da apicultura, no Norte mineiro. Com mais troca de informações e experiências proporcionadas por uma interação coletiva maior entre

eles, os apicultores conseguiram a inserção de seus produtos em programas sociais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Só em 22 municípios da região, entre eles, Montes Claros, dos 717 produtores que exercem a atividade de apicultura, 586 são da agricultura familiar e produzem 88,5% do mel dessa parte da região mineira. O percentual equivale a 403 mil quilos do principal produto gerado pelas abelhas. Outros produtos, como própolis, cera e pólen também têm sido produzidos e comercializados, mas em menor escala, embora o potencial seja grande, conforme informação de fonte técnica.

Notícias Agrícolas

### Ritmo de vendas de minério de ferro e milho do Brasil avança quase 30% em janeiro

A média diária de embarques de milho e de minério de ferro do Brasil avançou em torno de 30% na primeira semana de janeiro em relação aos volumes exportados por dia em janeiro do ano passado, mostraram dados do Ministério da Economia divulgados nesta segunda-feira. No milho, os embarques ao dia chegaram a 128,26 mil toneladas, alta de 33,9% ante a média diária de 95,78 mil toneladas vista em janeiro de 2020. Para o minério de ferro, as exportações ao dia subiram

29,6%, a 1,57 milhão de toneladas.

Outro destaque das exportações foi o café, cujas vendas externas diárias mais que dobraram, de 7,42 mil toneladas para 15 mil toneladas na primeira semana deste mês.

Na soja, principal commodity exportada pelo país e cuja colheita já foi iniciada, ainda não há reportes de vendas diárias, de acordo com o governo. Em janeiro do ano passado, a média de embarques ao dia chegou a 63,5 mil toneladas.

Notícias Agrícolas



### Dólar alto e demanda fazem agrotóxicos ilegais avançarem no Brasil



As fronteiras do Brasil com o Paraguai ficaram fechadas a maior parte do ano passado devido à pandemia, mas seja por meio de grandes carregamentos ou mesmo por pequenos contrabandistas, cada vez mais agrotóxicos ilegais têm invadido o país.

Para o mercado, isso tem ocorrido devido à forte produção da agricultura nacional e, em 2020, à forte alta apresentada pelo dólar, que impulsionaram o contrabando, que entra no país principalmente pelos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, seguindo rota já feita pelo tráfico de drogas e de armas e os atravessadores de cigarros ilegais.

Dados de associações de combate ao contrabando e

de órgãos de segurança mostram como tem se dado esse incremento da ilegalidade nas fronteiras brasileiras.

A PRF (Polícia Rodoviária Federal) apresentou, durante um seminário sobre o cenário nas regiões fronteiriças, dados que mostram que as apreensões de agroquímicos chegaram a 90 toneladas até outubro, ante as 60 toneladas de todo o ano de 2019. Houve também altas em apreensões de armas, cigarros, cocaína, maconha e de veículos.

Já um levantamento do FNCP (Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade) mostra que o prejuízo anual do setor produtivo nacional tem crescido devido ao avanço do mercado ilegal, que já ocupa o sexto posto

no ranking de contrabandos.

Enquanto em 2017 a soma das perdas do setor produtivo e da evasão fiscal chegou a R\$ 3,1 bilhões, o montante alcançou R\$ 8,9 bilhões no ano seguinte e R\$ 11,23 bilhões, em 2019. Com isso, fica atrás apenas de vestuário, higiene pessoal (perfumaria e cosméticos), combustíveis, bebidas alcoólicas e cigarros.

“A justificativa sempre é preço. O produto legal paga imposto e tem de ter certificação de órgãos reguladores, enquanto o ilegal ignora tudo isso. Dependendo da composição, ele fica mais barato ainda, porque burla inclusive a composição correta”, disse o presidente do FNCP, Edson Vismona.

Biznews

## Empresas

### PayPal investe em startup que calcula impostos sobre criptoativos



A divisão de investimentos do PayPal aplicou recursos na Taxbit, uma startup norte-americana de tecnologia que ajuda consumidores e empresas a calcular impostos sobre suas participações em criptomoedas, disseram as empresas nesta semana.

A Taxbit usará o investimento, que não teve valor divulgado, para ampliar equipe e expandir negócios, disse Austin Woodward, presidente-executivo e fundador da empresa. “A internacionalização é uma grande peça do quebra-cabeça”, afirmou.

A Taxbit também levantou fundos por meio da Coinbase Ventures, o braço

de investimentos da popular bolsa de criptomoedas, e da Winklevoss Capital, family office fundado pelos empresários de tecnologia Tyler e Cameron Winklevoss.

O PayPal, que começou a permitir que consumidores negociem e armazenem moedas virtuais no ano passado, é uma das várias grandes empresas que se interessaram mais pelas criptomoedas nos últimos meses, conforme o preço do bitcoin disparou para níveis recordes.

Fundada em 2017 por contadores, advogados tributários e engenheiros de software, a Taxbit desenvolveu um software que permite que empresas como bolsas de criptomoedas gerem declara-

ções de impostos para seus usuários, possibilitando que clientes calculem quanto devem pagar ao fisco sobre suas criptomoedas.

Embora o bitcoin e outras moedas virtuais estejam atraindo especuladores, as criptomoedas têm tido dificuldades para se tornarem formas de pagamento de uso generalizado, em parte porque são tratados como uma propriedade para fins fiscais nos Estados Unidos, tornando todas as transações tributáveis.

A Taxbit “pode ajudar as pessoas a otimizar os impostos à medida que usam os criptoativos ao longo do ano”, disse Woodward.

Biznews

### Ford vai fechar todas as fábricas no Brasil e encerrar produção no país



A Ford anunciou nesta segunda-feira (11) que vai encerrar todas as atividades fabris no Brasil neste ano.

A empresa tem hoje 8.000 funcionários no Brasil, mas não serão todos demitidos. Haverá um grupo remanescente de trabalhadores para atender algumas operações. A sede da montadora na América do Sul continuará sendo no Brasil, e o campo de provas de Tatuí, bem como o centro de desenvolvimento da Bahia continuam operando.

Em decorrência desse anúncio, a Ford prevê um impacto de aproximadamente US\$ 4,1 bilhões em despesas não recorrentes, incluindo cerca de US\$ 2,5 bilhões em 2020

### CNH Industrial confirma negociação para venda da Iveco ao grupo chinês FAW

A agência de notícias Reuters divulgou informações que obteve da CNH Industrial, onde a empresa afirmou que negocia a venda da montadora de caminhões Iveco para o grupo chinês FAW Jiefang. No ano passado, as negociações entre as duas empresas havia sido canceladas.

Um dos porta-vozes da CNH Industrial confirmou à Reuters que as negociações ainda são preliminares, e que nenhum acordo ou previsão de acordo foi alcançado até o momento. Essa fonte também afirmou que mais informações serão dadas em breve, visto que as empresas tem ações na bolsa.

Mas o conselho da CNH Industrial avaliou que o valor estava baixo para dar segmento às tratativas do negócio.

De acordo com a Reuters,

Reuters/Biznews



e US\$ 1,6 bilhão em 2021.

Aproximadamente US\$ 1,6 bilhão será relacionado ao impacto contábil atribuído à baixa de créditos fiscais, depreciação acelerada e amortização de ativos fixos. Os valores remanescentes de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões impactarão diretamente o caixa e estão, em sua maioria, relacionados a compensações, rescisões, acordos e outros pagamentos.

A montadora já havia encerrado a produção na fábrica de São Bernardo do Campo (Grande São Paulo), que foi vendida para a Construtora São José. Agora, a empresa confirma a interrupção imediata das atividades em Camaçari (BA), onde produz os modelos Ka e EcoSport.

para o Grupo CNH Industrial, a venda da Iveco significaria o aumento do seu valor de ativos e a simplificação dos negócios.

Para o Grupo FAW, que produz diversos modelos na China, comprar a Iveco seria um primeiro passo para a expansão dos negócios para todo o mundo.

Além de comprar 100% da Iveco, o Grupo FAW pretende comprar parte da FPT, como estratégia de negócio. Todos os modelos Iveco usam motores FPT.

Outras empresas chinesas também estão interessadas na Iveco. Outro grupo que fez oferta pela empresa em 2020 foi o conglomerado industrial chinês Shandong Heavy Industry Group. De acordo com as informações obtidas, o valor ofertado por esse grupo foi de US\$ 5,5 bilhões.

A unidade de Taubaté (interior de São Paulo), que fabrica motores e transmissões, e em Horizonte (CE), unidade em que produz o utilitário Troller T4, serão fechadas ao longo do ano.

Em um comunicado, a empresa afirma que “atenderá a região com seu portfólio global de produtos, incluindo alguns dos veículos mais conhecidos da marca como a nova picape Ranger produzida na Argentina, a nova Transit, o Bronco, o Mustang Mach 1, e planeja acelerar o lançamento de diversos novos modelos conectados e eletrificados.”

O termo montadora vem daí: os veículos vinham aos pedaços dos EUA, cabia aos operários encaixar as peças.

Eduardo Sodré/Folhapress

**São Bento Investimentos e Participações Ltda.**

CNPJ/ME nº 37.569.482/0001-05 – NIRE 35.236.110.291

**1ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade Empresária Limitada**

Pelo presente instrumento particular: **Inês Lília Rodrigues Braghetto**, RG nº 2.446.484-3 SSP/SP e CPF nº 072.815.018-20; e **JMJ Investimentos, Negócios e Participações Eireli**, inscrita no CNPJ sob nº 34.780.917/0001-78 e na JUCESP sob o NIRE 35.602.950.995, neste ato representada por seu Administrador **José Virgílio Rodrigues Braghetto**, RG nº 46.451.748-5 SSP/SP e CPF sob o nº 383.416.728-20, únicos sócios e representantes da totalidade do capital social desta Sociedade, resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos: **1. Aumento do Capital Social: 1.1.** Os Sócios resolvem alterar o capital social de R\$ 828.877,00, para R\$ 9.702.504,00 um aumento, portanto, de R\$ 8.873.627,00 e a emissão de 8.873.627,00 quotas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada, todas subscritas pela sócia **Inês Lília Rodrigues Braghetto**. **1.2.** A sócia JMJ Investimentos, Negócios e Participações Eireli declara que renunciou ao seu direito de preferência para subscrição das quotas ora emitidas. **2. Transformação em Sociedade por Ações: 2.1.** As sócias resolvem, por unanimidade, transformar a Sociedade em S.A. de capital fechado. **2.2.** A transformação do tipo societário não importará em solução de continuidade, permanecendo inalterados todos os direitos e obrigações sociais. **2.3.** As sócias aprovam, por unanimidade: **(I) alterar a denominação da Sociedade para São Bento Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"); (II) aprovar o Estatuto Social da Companhia, na forma do Anexo I da presente alteração contratual; (III) converter cada quota social em 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de modo que os acionistas receberão 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, em substituição a cada quota detida na Sociedade, permanecendo o capital social com o valor de R\$ 9.702.504,00, passando a ser dividido em 9.702.504 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram subscritas e parcialmente integralizadas; (IV) eleger os membros da Diretoria da Sociedade para ocupar os cargos de "Diretor sem Designação Específica", com mandato por prazo de 3 anos, contado da presente data, sem fazer jus a qualquer remuneração, o que fazem mediante a nomeação de **Inês Lília Rodrigues Braghetto**, e **José Virgílio Rodrigues Braghetto**, ambos acima qualificados. **2.4.** Os Diretores ora eleitos, tomam posse dos seus cargos nesta data e **declaram**, sob as penas da lei, que não estão impedidos por Lei Especial de exercer a administração da Companhia. **2.4.1.** Caberá aos membros da Diretoria cumprir com as formalidades legais relativas à transformação da Sociedade em Companhia Fechada. E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente Instrumento Particular em 3 vias de igual teor e forma. **Vinhedo/SP, 25/11/2020. Assinaturas: Sócios/Acionistas:** Inês Lília Rodrigues Braghetto, JMJ Investimentos, Negócios e Participações Eireli p. José Virgílio Rodrigues Braghetto. **Advogado:** Flávio Corrêa de Oliveira – OAB/SP nº 286.565. **Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º.** São Bento Investimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de Vinhedo-SP, na Rua Célia Pólo Monteiro, nº 250, sala 4, "Parque J", Maracá, e, por deliberação da Diretoria, poderá criar, modificar e extinguir filiais, agências e escritórios em qualquer localidade do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista (CNAE 6462-0/00). **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 9.702.504,00, dividido em 9.702.504 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma do Estatuto Social e legislação aplicável. **Artigo 7º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá como titular de direitos o acionista identificado em seus registros. **Artigo 8º.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos e, quando emitidos, serão assinados por 1 dos Diretores da Companhia. **Artigo 9º.** Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de ações decorrentes de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem, independentemente da espécie e classe das novas ações emitidas. Os acionistas também terão direito de preferência para adquirir, na proporção do número de ações que possuírem, as ações da Companhia que sejam ofertadas a outro(s) acionista(s) ou a terceiro(s) por qualquer dos demais acionistas. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 10.** As Assembleias Gerais dos Acionistas realizar-se-ão: **(I) ordinariamente**, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (b) eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, conforme aplicável; (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, se houver, e a distribuição de dividendos, ou o pagamento de juros sobre o capital social, conforme o caso; e (d) fixar a remuneração dos administradores; e **(II) extraordinariamente**, sempre que os interesses sociais aconselharem ou exigirem deliberação dos acionistas. **Artigo 11.** As Assembleias Gerais serão presididas por qualquer dos Diretores que deverá indicar, dentre os presentes, o Secretário. Em caso de ausência dos Diretores, os acionistas escolherão o presidente da mesa e este escolherá o secretário da mesa. **Artigo 12.** Somente poderão participar, tomar parte e votar nas Assembleias Gerais os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome, no Livro de Registro de Ações Nominativas, até 48 horas antes da data marcada para a sua realização. **Artigo 13.** Além das hipóteses previstas em Lei, a Assembleia Geral poderá ser convocada por qualquer dos Diretores, quando entender conveniente ou necessário, mediante edital publicado, por 3 vezes, no Diário Oficial e em jornal de grande circulação na cidade onde se localizar a sede da Companhia, com 8 dias de antecedência, no mínimo, da data marcada para sua realização em primeira convocação e, com antecedência mínima de 5 dias, para realização em segunda convocação, dele devendo constar a descrição dos assuntos a serem tratados na Assembleia Geral. **§ 1º.** Alternativamente ao procedimento previsto no caput, a Assembleia Geral poderá ser convocada por anúncio entregue a todos os acionistas, contra recibo, com a mesma antecedência prevista no caput, desde que à época da convocação a Companhia tiver menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10.000.000,00, conforme faculta o artigo 294, da Lei das S.A. **§ 2º.** Ficam dispensadas as formalidades referentes à convocação das Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, quando comparecerem todos os acionistas. **Artigo 14.** As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 50% das ações com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas, respeitados os casos em que a Lei determinar quórum maior para instalação da Assembleia Geral. **§ único.** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas por teleconferência ou por qualquer meio telepresencial, desde que seja garantida a materialidade, transparência, legitimidade e segurança das deliberações. **Artigo 15.** Exceto se maior quórum for exigido pela legislação aplicável ou no Estatuto Social, as deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas pela aprovação de acionistas representantes da maioria das ações com direito a voto. **§ único.** Denegará a aprovação da totalidade das ações com direito a voto as deliberações que importam: **(I)** na alteração do Estatuto Social da Companhia; e **(II)** na nomeação ou destituição de Diretores/Administradores. **Capítulo IV – Administração da Companhia. Artigo 16.** A administração da Companhia compete à Diretoria, com base nos poderes conferidos pela Lei e em conformidade com as disposições do presente Estatuto Social, sendo vedada a delegação de tais atribuições e poderes a qualquer outro órgão. **§ único.** A remuneração global da Diretoria e sua respectiva distribuição poderá ser anualmente fixada pela Assembleia Geral. **Seção I – Diretoria. Artigo 17.** A Diretoria será composta por 2 Diretores, sem designação específica, pessoas físicas, residente e domiciliadas no Brasil, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis a qualquer tempo, para mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** A posse do Diretor se dá mediante a assinatura do respectivo termo, lavrado em livro próprio, a ser arquivado na sede da Companhia, devendo ser observados os requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades, previstos nos artigos 145 a 158 da Lei das S.A., e permanecerá no exercício do cargo até a eleição e posse de seu sucessor, ainda que vencido o prazo de seu mandato. **§ 2º.** Em caso de vacância no cargo Diretor a substituição será determinada pela Assembleia Geral, a ser convocada dentro de 30 dias contados da data de vacância. Serão considerados como vacância do cargo de Diretor os casos de renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 dias consecutivos. **§ 3º.** Caso ocorra vacância do cargo de Diretor acionista, a substituição será deliberada em Assembleia Geral pela maioria do capital social, excluídas as ações do Diretor acionista a ser substituído na apuração do quórum, ficando os herdeiros e sucessores impedidos de votar em caso de sucessão causa mortis, bem como o curador em caso de impedimento, sendo inaplicável na hipótese de substituição de**

Diretor por vacância o quórum da unanimidade previsto no artigo 15, § único, deste Estatuto Social. **Artigo 18.** Os Diretores terão poderes para, isolada ou conjuntamente, administrar e gerir os negócios da Companhia, podendo realizar todos os atos necessários ou convenientes a este propósito, com exceção daqueles que, por disposição legal ou do presente Estatuto Social, sejam atribuídos à Assembleia Geral. **Artigo 19.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, perante terceiros, bem como perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais e autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, assunção de obrigações, incluindo a assinatura de contratos e acordos, será sempre exercida: **(I)** pelos Diretores, isolada ou conjuntamente; ou **(II)** por procurador(es) da Companhia, devidamente constituído(s) e com poderes especiais e específicos outorgados pela Companhia, observadas as disposições deste Estatuto Social. **§ 1º.** As proações outorgadas pela Companhia serão assinadas, obrigatoriamente, por qualquer dos Diretores, isolada ou conjuntamente, devendo especificar os poderes outorgados e ter prazo de validade determinado de no máximo 1 ano, salvo aquelas para fins judiciais que poderão ser válidas por prazo indeterminado, sob pena de invalidade. **§ 2º.** A alienação de bens imóveis de propriedade da Companhia dependerá de prévia deliberação e concordância de acionistas representantes da maioria das ações com direito a voto, em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para este fim. **Artigo 20.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por escrito por qualquer dos Diretores, com antecedência mínima de 5 dias, devendo constar da convocação a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia. **§ 1º.** As reuniões da Diretoria somente serão instaladas com a presença da totalidade de seus membros. Cada Diretor terá direito a 1 voto nas reuniões da Diretoria, e as deliberações serão tomadas com base no voto afirmativo da maioria dos Diretores presentes, observadas as disposições deste Estatuto Social. **§ 2º.** Em caso de empate nas deliberações da Diretoria, a matéria deverá ser submetida à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, a ser convocada nos 15 dias seguintes. **Artigo 21.** Os atos de qualquer acionista, Diretor, empregado ou procurador que envolva a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, bem como a outorga de garantias pela Companhia em favor de terceiros, tais como fianças, avais, ou quaisquer outras garantias, são expressamente vedados e serão considerados nulos, sem efeito e inválidos em relação à Companhia, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral de Acionistas, com a aprovação da totalidade das ações com direito a voto. **Seção II – Conselho Fiscal. Artigo 22.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo instalado somente mediante deliberação da Assembleia Geral, conforme previsto em Lei. **Artigo 23.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e por igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, admitida a reeleição. Quando instalado, o Conselho Fiscal terá as obrigações e poderes conferidos pela legislação aplicável. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido dos acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição, sendo permitida a sua reeleição. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, correspondente ao período em que o órgão funcionar e em que estiverem no efetivo exercício das funções. **Artigo 24.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio. **Capítulo V – Exercício Social e Lucros. Artigo 25.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras pela Diretoria, de acordo com os requisitos e as formalidades previstas em lei, além do disposto no presente Estatuto Social. **§ único.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 26.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer distribuição, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda. Observado o disposto neste Estatuto Social, o lucro líquido apurado em cada exercício terá a seguinte destinação, observada a proposta da Diretoria nesse sentido, a ser aprovada em Assembleia Geral: **(i)** a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, observado o disposto na legislação aplicável; **(ii)** os acionistas terão direito a um dividendo anual obrigatório, por menos, 0,1% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., e compensados os dividendos que tenham sido declarados no exercício, nos termos deste Estatuto Social; **(iii)** o saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, observada a legislação aplicável. **§ 1º.** A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **§ 2º.** Do lucro líquido serão destacados, ainda, se necessário, os valores destinados a formação de reservas para contingências e lucros a realizar, na forma da lei societária, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral. **Artigo 27.** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 28.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contado da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverterão em proveito da Companhia. **Capítulo VI – Dissolução, Liquidação e Sucessão. Artigo 29.** A Companhia será dissolvida e/ou liquidada nos casos e na forma previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Seção I – Falecimento ou Incapacidade de Acionistas. Artigo 30.** A Companhia não se dissolverá por morte ou incapacidade de qualquer dos acionistas, continuando com os acionistas remanescentes, nas condições previstas neste Capítulo VI. **§ 1º.** Os herdeiros e sucessores do acionista pré-morto poderão ingressar como acionistas da Companhia, exceto se exercido pelos acionistas remanescentes o direito de preferência para compra das ações a serem transferidas por sucessão causa mortis, o que será deliberado em assembleia especialmente convocada para este fim, no prazo de 60 dias, contado da data do conhecimento pela Companhia do falecimento do acionista. **§ 2º.** O direito de preferência na aquisição das ações a serem transferidas por sucessão causa mortis se dará de maneira proporcional à participação dos demais acionistas no capital social da Companhia, ajustado pela exclusão das ações a serem transferidas, de modo que os haveres serão apurados e pagos na forma prevista no artigo 31. **Artigo 31.** Em qualquer caso de apuração de haveres previsto neste Estatuto Social ou decorrente de determinação legal ou sentença judicial, o valor dos haveres será apurado da seguinte forma: **(i)** na data-base da apuração, serão avaliados os bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo a ser apurado da mesma forma, sendo levantado um balanço patrimonial da Companhia para verificação do valor patrimonial das ações, obtido com a divisão do valor do patrimônio líquido pelo número total de ações existentes à época, multiplicado pelo número de ações a serem reembolsadas; **(ii)** os haveres assim apurados serão pagos a quem de direito em 120 prestações mensais iguais e sucessivas, acrescidas de correção monetária calculada com base no IGP-M/FGI – Índice Geral de Preços – Mercado publicado pela Fundação Getúlio Vargas, com a menor periodicidade permitida pela legislação vigente na ocasião, desde a data do balanço de apuração de haveres até a data de cada pagamento, sendo que primeira parcela vencerá no prazo de 60 dias após a data do mesmo balanço e as demais em igual dia dos meses subsequentes, até o final pagamento dos haveres assim apurados; **(iii)** na avaliação a ser procedida nos termos desta Cláusula, não serão considerados os lucros ou perdas posteriores à data de apuração fixada para cada caso; e **(iv)** a data-base para apuração dos haveres será aquela em que ocorreu o evento que ensejou a ocorrência da apuração dos haveres. **§ 1º.** As ações liquidadas poderão ser adquiridas pelos acionistas remanescentes, na proporção das respectivas participações no capital social, não havendo interesse, pela própria Companhia, nas condições previstas em lei. **§ 2º.** Caso o pagamento dos haveres apurados torne inviável a continuação da Companhia, os acionistas titulares de ações representativas da maioria do capital social, excluída da votação as ações que são objeto da liquidação, poderão proceder à dissolução total da Companhia, caso em que se procederá à liquidação e partilha do patrimônio social entre todos os Acionistas, na proporção das respectivas participações no capital social, observadas as disposições legais pertinentes. **Capítulo VII – Disposições Gerais. Artigo 32.** A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei das S.A., devendo a Diretoria abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas. **Vinhedo/SP, 25/11/2020. Assinaturas: Acionistas:** Inês Lília Rodrigues Braghetto; JMJ Investimentos, Negócios e Participações Eireli p. José Virgílio Rodrigues Braghetto. **JUCESP – Registrado sob o nº 545.670/20-2 e NIRE 35.300.562.224 em 28/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.**

## Dólar sobe ante rivais com crise política nos EUA e coronavírus

O dólar se fortaleceu na comparação com rivais nesta segunda-feira, 11, com investidores em busca da segurança da divisa americana para se proteger das incertezas nos mercados financeiros, em meio ao avanço do coronavírus e ao recrudescimento da crise política em Washington.

No fim da tarde em Nova York, a moeda dos Estados Unidos se elevava a 104,13 ienes, enquanto euro caía a US\$ 1,2158 e a libra se desvalorizava a US\$ 1,3524. O índice DXY, que mede a variação do dólar ante uma cesta de seis rivais fortes, fechou em alta de 0,41%, a 90,465 pontos.

“O otimismo está diminuindo à medida que o coronavírus continua a acelerar e lançar uma nuvem mais escura sobre o crescimento econômico”, resume o Western Union.

No final de semana, o mundo ultrapassou a marca 90 milhões de casos confirmados, enquanto se aproxima da marca de 2 milhões de óbitos em decorrência da doença. Em nível global, foram registradas 90.074.323 infecções e 1,932.05 mortes desde o início da pandemia, segundo levantamento da Universidade John Hopkins. Além da covid-19, investidores também monitoram os desdobramentos dos protestos violentos no Congresso dos EUA na última quarta-feira. Nesta segunda, deputados democratas apresentaram o artigo de impeachment contra o presidente Donald Trump, acusado de ter incitado o ato, com objetivo de interromper a sessão de certificação da vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais.

IstoéDinheiro

**Bres Viracopos Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

CNPJ/MF nº 09.349.537/0001-36 – NIRE 35.222.018.878

**Ata de Reunião de Sócios realizada em 11 de janeiro de 2021**

**1. Data, Hora e Local:** Aos 11/01/2021, às 09:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Rua Hungria, 620, 4º andar, conjunto 42, Jardim Europa, São Paulo-SP. **2. Presença:** Presentes as sócias detentoras de quotas representando a totalidade do capital social da Sociedade. **3. Mesa:** Sra. Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa – Presidente e Sr. Carlos Eduardo Poli Sisti – Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a (i) redução do capital social da Sociedade; e (ii) alteração do artigo 4º do Contrato Social da Sociedade. **5. Deliberações:** As sócias, por unanimidade deliberaram o quanto segue: **5.1.** A redução do capital social dos atuais R\$ 297.717.969,00 para R\$ 247.717.969,00, uma redução no valor de R\$ 50.000.000,00. Referida redução de capital é realizada em razão do valor excessivo do capital em relação ao objeto da Sociedade, mediante o cancelamento de 50.000.000 de quotas detidas pela sócia Bresco Holding Ltda. **5.2.** A eficácia da redução de capital ora deliberada está sujeita ao transcurso do prazo de 90 dias contados da publicação da presente ata, passando o Artigo 4º do Contrato Social da Sociedade, após esse prazo, sem que haja oposição dos credores, a vigorar com a seguinte nova redação: **“Artigo 4º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 247.717.969,00, dividido em 247.717.969 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre as sócias: (i) Bresco Holding Ltda. detém 247.717.968 quotas, no valor total de R\$ 247.717.968,00; e (ii) Bresco Participações Ltda. detém 1 quota, no valor total de R\$ 1,00. **§ 1º.** A responsabilidade das sócias é restrita ao valor de suas respectivas quotas, mas as sócias respondem solidariamente pela integralização do capital social. **§ 2º.** As quotas da Sociedade são indivisíveis em relação à Sociedade. **§ 3º.** Cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas reuniões de sócios ou assembleias. **5.3.** Autorizar a diretoria da Sociedade a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e por todos os presentes assinada. São Paulo, 11/01/2021. **Mesa:** Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa – Presidente; Carlos Eduardo Poli Sisti – Secretário. **Sócias:** Bresco Holding Ltda. p. Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa e Carlos Eduardo Poli Sisti. **Bresco Participações Ltda.** p. Camilla Osborn Gomes Nogueira Frussa e Fernando dos Santos Pereira.

## Tensão externa dá espaço para realização e Ibovespa cai aos 123 mil pontos

Preocupação com o aumento de casos de covid-19 no mundo gera apreensão nos mercados. O Ibovespa opera na faixa dos 123 mil pontos, enquanto o dólar superou R\$ 5,50 (R\$ 5,5028, na máxima intradia) pela primeira vez desde 13 de novembro, pressionando as taxas de juros no mercado futuro, que têm altas superiores a 2% em sua maioria. Em meio ao crescimento

de pessoas infectadas pelo novo coronavírus no planeta e também no Brasil, há o temor dos efeitos das ações de suspensão de atividades nesses locais, que ainda estão tentando recuperação dos impactos da pandemia iniciada em meados de fevereiro passado.

Temores ligados à política nos EUA, onde parlamentares pedem o impeachment do presidente Donald Trump, após os ataques ao Congres-

so americano, também geram cautela. Além disso, o quadro político brasileiro também fica no radar, principalmente no envolvendo o debate sobre a imunização contra o novo coronavírus e adoção de ações para conter a doença em algumas cidades. Isso pode fortalecer a discussão sobre medidas de ajuda, o que é assunto polêmico por causa das contas públicas.

IstoéDinheiro



**Wilkes Participações S.A.**

CNPJ/ME nº 04.745.350/0001-38

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Balanços Patrimoniais						Demonstrações dos Fluxos de Caixa											
	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	Notas	2019	2018 01.01.2018	2019	2018 01.01.2018	2019	2018 01.01.2018	Notas	2019	2018 01.01.2018	2019	2018 01.01.2018	Notas	2019	2018 01.01.2018	2019	2018 01.01.2018	
<b>Ativo Circulante</b>		<b>59</b>	<b>23</b>	<b>31</b>	<b>19.972</b>	<b>40.853</b>	<b>36.977</b>		<b>23</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>23.103</b>	<b>37.590</b>	<b>33.391</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	2	2	3	7.956	4.371	3.795								267	401	825	1.280
Contas a receber	7	2	2	7	727	384	618											
Outras contas a receber	8	2	2	3	381	302	267											
Estoques	9	2	2	2	8.631	5.909	4.822											
Tributos a recuperar	10	2	2	2	1.694	681	598											
Dividendos e JCP a receber		55	19	26	73	43	77											
Outros ativos circulantes					287	145	131											
Instrumentos financeiros derivativos	19.1				73	43	—											
Ativos mantidos para venda	33				223	29.018	26.746								12 (278)	(405)	(18)	(69)
<b>Não Circulante</b>		<b>6.088</b>	<b>5.856</b>		<b>5.549</b>	<b>40.754</b>	<b>23.386</b>											
Contas a receber	7	2	2	1	4	80	80											
Outras contas a receber	8	2	2	1	192	128	642											
Tributos a recuperar	10	2	2	2	2.702	2.745	1.747											
Instrumentos financeiros derivativos	19.1				13	44	28											
Impostos de renda e contribuição social diferidos	21.2	11	11		348	309	252											
Partes relacionadas	11				104	34	25											
Depósitos judiciais	22.6				795	776	762											
Outros ativos não circulantes					177	17	7											
Investimentos em controladas e associadas	12	3.841	3.609	3.313	609	203	156											
Propriedades para investimento	14				3.051	20	21											
Imobilizado	15				24.290	14.052	13.292											
Intangíveis	16	2.236	2.236	2.236	8.472	5.054	4.114											
<b>Total do ativo</b>		<b>16.147</b>	<b>5.879</b>		<b>5.580</b>	<b>60.726</b>	<b>64.239</b>											
<b>Passivo Circulante</b>																		
Fornecedores	17																	
Empréstimos e financiamentos	18																	
Salários e encargos sociais																		
Impostos e contribuições a recolher e parcelados	20																	
Partes relacionadas	11	20	19		18	235	164											
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25.3	3	3		1	116	41											
Financiamento por compra de ativos																		
Receitas a apropriar	24																	
Repassa a terceiros																		
Aquisição de participação minoritária	19.3																	
Outros passivos circulantes																		
Passivo de arrendamento	23																	
Passivos sobre ativos mantidos para venda	33																	
<b>Total do passivo</b>		<b>23</b>	<b>22</b>		<b>22</b>	<b>23.103</b>	<b>37.590</b>											
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>		<b>25</b>	<b>6.124</b>	<b>5.857</b>	<b>5.558</b>	<b>15.831</b>	<b>15.407</b>											
Capital subscrito					5.620	5.620	5.620											
Reservas de capital					131	119	98											
Reservas de lucros					334	140	(144)											
Outros resultados abrangentes					39	(22)	(16)											
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.147</b>	<b>5.879</b>		<b>5.580</b>	<b>60.726</b>	<b>64.239</b>											

	Demonstrações do Resultado				Demonstrações do Resultado Abrangente			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Notas	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Receita de venda de bens e serviços	26	—	—	56.635	49.388	—	—	
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	27	—	—	(44.445)	(37.779)	—	—	
Lucro bruto				12.190	11.609			
(Despesas) receitas operacionais	27	—	—	(7.431)	(6.553)	—	—	
Despesas com vendas	27	(1)	(2)	(924)	(1.051)	—	—	
Gerais e administrativas				(1.413)	(1.202)	—	—	
Depreciação e amortização	12	278	405	2	28	—	—	
Resultado de equivalência patrimonial	28	—	—	(459)	(203)	—	—	
Outras despesas operacionais, líquidas				277	403	(10.225)	(9.981)	
<b>Lucro operacional</b>		<b>277</b>	<b>403</b>	<b>10.225</b>	<b>(9.981)</b>			
Resultado financeiro líquido	29	(10)	(13)	(1.216)	(1.074)	—	—	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>267</b>	<b>390</b>	<b>749</b>	<b>1.554</b>			
Imposto de renda e contribuição social	21	267	401	(272)	(402)	—	—	
Resultado líquido do exercício das operações continuadas				477	1.152	—	—	
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas				348	128	—	—	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>267</b>	<b>401</b>	<b>825</b>	<b>1.280</b>			
<b>Atribuível:</b>								
Acionistas controladores da Companhia – Operações Continuadas	267	401	156	403				
Acionistas controladores da Companhia – Operações Descontinuadas	—	—	111	(2)				
<b>Total acionistas controladores da Companhia</b>	<b>267</b>	<b>401</b>	<b>267</b>	<b>401</b>				
Participação dos acionistas não controladores – Operações Continuadas	—	—	321	749				
Participação dos acionistas não controladores – Operações Descontinuadas	—	—	237	130				
<b>Total participação dos acionistas não controladores</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>558</b>	<b>879</b>				
<b>Lucro líquido por milhões de ações</b>		<b>1,19493</b>	<b>1,79259</b>					

As principais transações com efeitos não caixa estão divulgadas na nota explicativa nº 32.

	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Total
	Reservas de capital		Reservas de lucro		
	Capital Social	Outras Reservas	Opções de compra Legal	Retenção de lucros	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017 – Reapresentado</b>	<b>5.620</b>	<b>90</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>169</b>
Outros resultados abrangentes: Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	401
Varição cambial de investimento no exterior – subsidiárias	—	—	—	—	(9)
Valor justo dos recebíveis – subsidiárias	—	—	—	—	(6)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>395</b>
Apropriação do lucro líquido para reserva legal	—	—	—	22	(22)
Apropriação do lucro líquido para retenção de lucros	—	—	—	(48)	(48)
Dividendos e Juros sobre capital próprio	—	—	—	(14)	(103)
Ganho (perda) participação societária	—	—	21	—	7
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 – Reapresentado</b>	<b>5.620</b>	<b>90</b>	<b>29</b>	<b>33</b>	<b>107</b>
Outros resultados abrangentes: Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	267
Varição cambial de investimento no exterior – subsidiárias	—	—	—	—	52
Valor justo dos recebíveis – subsidiárias	—	—	—	—	10
Hedge de fluxo de caixa – subsidiárias	—	—	—	—	2
IR sobre outros resultados abrangentes – subsidiárias	—	—	—	—	(3)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>267</b>
Apropriação do lucro líquido para reserva legal	—	—	—	13	(13)
Apropriação do lucro líquido para retenção de lucros	—	—	—	—	(187)
Dividendos e juros sobre capital próprio (25.3)	—	—	—	—	(67)
Ganho (perda) participação Societária	—	—	12	—	6
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.620</b>	<b>90</b>	<b>41</b>	<b>46</b>	<b>288</b>

**1. Informações corporativas** – A Wilkes Participações S.A. (“Wilkes” ou “Companhia”) foi constituída em 03/10/2001 e permaneceu inativa até 27/11/2006 quando seu controle foi transferido para o “Grupo Diniz”. A Wilkes passou a ser a detentora da maioria das ações com direito a voto da Companhia Brasileira de Distribuição (“GPA”, “CBD” ou “Subsidiária”). Até 2012, o Grupo Diniz e o Grupo Casino dividiam o controle da Companhia, conforme contrato celebrado em maio de 2005. Em julho de 2012, a Wilkes passou a ser controlada pelo Grupo Casino. Em agosto de 2015, a Companhia teve o controle transferido para Almacenes Exito S.A. (Exito), controlada indiretamente pelo Casino Guichard Perrachon (“Casino”), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris. Em 27/11/2019, o GPA adquiriu do Casino o controle de Exito, empresa colombiana operando neste país. Maiores detalhes da aquisição podem ser verificados na nota nº13 destas demonstrações financeiras. A sede social da Wilkes está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia atua, por meio de suas subsidiárias (“Grupo” ou “GPA”), no segmento varejista de diversos produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”, “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Assaf” e shoppings de vizinhança “Conviva”. Exito opera sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Exito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai tendo Disco e Devoto. Adicionalmente, o Exito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. Os investimentos de GPA nas atividades varejistas relacionadas aos segmentos de eletroeletrônicos e e-commerce relacionadas a Via Varejo S.A. estavam apresentados como operações descontinuadas e foram alienados no mês de junho de 2019 (vide nota explicativa nº14), e representavam as lojas sob as bandeiras “Fonto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de “e-commerce” “CasasBahia.com”, “Pontofrio.com” e “Barateiro.com”. 1.1. Reorganização Societária: Em julho de 2018, a Bengal LLC, acionista de Wilkes, foi incorporada por Pincher LLC, também acionista de Wilkes. Em 30/11/2018, foi aprovada pelo conselho de administração a incorporação pela Wilkes de Oregon e Pincher, acionistas da companhia. Com a incorporação, as ações representativas do capital social de Oregon e Pincher foram extintas e atribuídas à Segisor, única acionista. 1.2. Alegações de supostas irregularidades Via Varejo S.A. (“Via Varejo”): A atual administração da Via Varejo, empresa controlada pelo GPA até junho de 2019, ocasião em que foi integralmente vendida em leilão realizado na bolsa de valores, comunicou em 13/11/2019, denúncias anônimas levadas ao seu conhecimento, em fins de setembro e início de outubro de 2019, denúncias anônimas que tratavam de supostas irregularidades quanto às demonstrações financeiras daquela companhia, o que teria levado a administração a iniciar investigações privadas, cuja primeira fase dos trabalhos não havia constatado nenhuma irregularidade, todavia, os trabalhos investigativos prosseguiram. Posteriormente, em 12/12/2019, por meio de Fato Relevante, a Via Varejo comunicou que a investigação preliminar havia constatado supostos indícios de irregularidades contábeis, que, eventualmente, poderiam recair em períodos sobre os quais a CBD era controladora da Via Varejo. Todavia, em 26/03/2020, a Via Varejo divulgou novo Fato Relevante informando a conclusão das investigações e que seus efeitos indicaram a necessidade de ajustes nas suas demonstrações financeiras do 4º trimestre de 2019, no montante aproximado de R\$1,169 bilhões a débito na demonstração do resultado do exercício de 2019, os quais se referem a erros e mudanças de estimativas promovidas a critério da atual administração no intuito de refletir de maneira mais precisa os riscos aos quais a VV está atualmente sujeita, ou seja, situações que denotam decisões tomadas pela atual administração da Via Varejo, após a alienação das ações da companhia realizadas pela Companhia Brasileira de Distribuição, em leilão da B3 realizado em 14/06/2019. Também indicou que R\$ 20,8 bilhões remanescentes se referem aos efeitos de alegadas fraudes identificadas ao longo da dita investigação (R\$ 13,7 bilhões do IRPJ), representando 0,7% do patrimônio líquido da VV em 31/12/2018, sem precisar a qual período as alegadas fraudes se referiam. A Companhia Brasileira de Distribuição, na mesma data, divulgou Comunicado ao Mercado reafirmando que não acompanhou e tampouco teve acesso aos resultados das investigações privadas efetuadas, bem como que solicitou acesso a toda documentação suporte da mesma para efetuar sua avaliação e tomar as providências cabíveis, tendo reafirmado os termos do Comunicado ao Mercado de 12/12/2019, no sentido de que ao tempo em que era a controladora da Via Varejo foram estritamente observadas todas as normas e regras contábeis aplicáveis, tendo sido observadas as melhores práticas de governança, bem como que as demonstrações financeiras daquela companhia foram consistentemente aprovadas, sem quaisquer ressalvas, por todos os seus órgãos de controle, fiscalização e aprovação, dentre eles, o Comitê Financeiro, o Comitê de Auditoria (após a sua instalação), o Conselho Fiscal Permanente e o Conselho de Administração. Referidos órgãos sempre contaram, inclusive, com representação significativa de pessoas indicadas e eleitas pelo atual maior grupo de acionistas da Via Varejo. Também foram consistentemente auditadas, sem quaisquer ressalvas, pelos auditores independentes da referida empresa e que nunca chegou ao conhecimento do GPA ou dos membros da administração e dos órgãos de governança, fiscalização e controle da VV indicados pelo GPA, qualquer fato que pudesse gerar qualquer suspeita ou trazer qualquer indicio de possíveis irregularidades na contabilidade da VV. Em conclusão, não foi necessário registrar qualquer efeito resultante das investigações nas demonstrações financeiras da CBD 1.3. Listagem da CBD no Novo Mercado: Em 30/12/2019, foi aprovada pelos acionistas da CBD em Assembleia Geral Extraordinária a admissão da CBD no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada uma ação preferencial. Em 14/02/2020, a B3 aprovou a admissão do GPA no segmento especial de listagem Novo Mercado. Em 2 de março foi concluído o processo de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias e o GPA passou a negociar no Novo Mercado. 2. Base de elaboração – As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14/12/2020. A controlada CBD concluiu o processo de venda da subsidiária Via Varejo S.A. (vide nota nº 12.3), e manteve até 14/06/2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado para os períodos findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 divulgadas considerando os efeitos de tal transação em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada. As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinu

... continuação

	Consolidado 2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Empréstimos e financiamentos	3.509	(117)	3.392
Passivo de arrendamento	-	5.280	5.280
Provisão para perdas de investimento em associadas	267	12	279
IRPJ e CSLL diferidos	581	(58)	523
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>6.125</b>	<b>5.117</b>	<b>11.242</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>38.913</b>	<b>9.919</b>	<b>48.832</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>16.187</b>	<b>(780)</b>	<b>15.407</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>55.100</b>	<b>9.139</b>	<b>64.239</b>

	Consolidado 2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(37.834)	55	(37.779)
<b>Lucro bruto</b>	<b>11.554</b>	<b>55</b>	<b>11.609</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas	(7.297)	744	(6.553)
Gerais e administrativas	(1.059)	8	(1.051)
Depreciação e amortização	(840)	(362)	(1.202)
Resultado de equivalência patrimonial	33	(5)	28
Outras despesas operacionais, líquidas	(216)	13	(203)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>2.175</b>	<b>453</b>	<b>2.628</b>
Resultado financeiro líquido	(487)	(587)	(1.074)
<b>Lucro antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>1.688</b>	<b>(134)</b>	<b>1.554</b>
IRPJ e CSLL	(438)	36	(402)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>1.250</b>	<b>(98)</b>	<b>1.152</b>
Resultado líquido de operações descontinuadas	(74)	202	128
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.176</b>	<b>104</b>	<b>1.280</b>

	Consolidado 2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Atribuível:			
Acionistas controladores da Companhia – Operações Continuadas	438	(35)	403
Acionistas controladores da Companhia – Operações Descontinuadas	(21)	19	(2)
<b>Total acionistas controladores da Companhia</b>	<b>417</b>	<b>(16)</b>	<b>401</b>
Participação dos acionistas não controladores – Operações Descontinuadas	(53)	183	130
<b>Total participação dos acionistas não controladores</b>	<b>759</b>	<b>120</b>	<b>879</b>

	Consolidado 2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Lucro líquido do período	1.176	104	1.280
IRPJ diferido (nota nº19)	66	158	224
Perda (ganho) na alienação do imobilizado	(40)	57	17
Depreciação/amortização	889	433	1.322
Juros e variações monetárias	763	969	1.732
Resultado de equivalência patrimonial (nota nº13)	(73)	4	(69)
Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento	(80)	(80)	(160)
Demais contas a pagar	208	(16)	192
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (nota nº16.2)	(8.747)	60	(8.687)
Pagamentos de passivo de arrendamento	-	(1.743)	(1.743)

4.4. ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação foi aprovada em 21/12/2018 e entrou em vigência em 01/01/2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existem impactos significativos em decorrência da interpretação. 4.5. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 3/ CPC 15 – Combinação de negócios	Melhora a definição de negócio, ajudando na determinação se a aquisição é de um grupo de ativos ou de um negócio.	01/01/2020
Amendments to IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade	Orientações adicionais sobre o conceito de materialidade.	01/01/2020
Revisão CPC 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material Alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.	01/01/2020
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeiro e informação útil.	01/01/2020
CPC 26 (R1) e IAS 8. Definição de omissão material	Alinha a definição omissão em todas as normas definindo que informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.	01/01/2021

Essas alterações não geraram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. 5. Adoção principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidênciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas: • Redução do valor recuperável – impairment. Notas nº 4.4, 7.2, 8.1, 15.1, 16.1 e 16.2; • Estoques: Constituição de provisões por estimativas de perda: Nota nº9; • Tributos a recuperar: Expectativa de realização dos créditos tributários: Nota nº10; • Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo dos derivativos: Nota nº19; • Provisão para demandas judiciais: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade: Nota nº 22; • IRPJ: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis: Nota nº 21; • Pagamentos com base em ações: Estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação – Nota nº 25; • Combinação de negócios: estimativas de valor justo de ativos e passivos adquiridos na combinação de negócios e goodwill resultante – Nota nº 13; e • Arrendamento: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental – Nota nº 23. 6. Caixa e equivalentes de caixa – Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e contas bancárias – Brasil	-	-	249	406
Caixa e contas bancárias – Exterior	(*)	-	3.109	80
Aplicações financeiras – Brasil	(**)	2	4.473	3.885
Aplicações financeiras – Exterior	(***)	-	125	-
	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>7.956</b>	<b>4.371</b>

(\*) Em 31/12/2019, referem-se a (i) recursos do grupo Éxito adquirido em 27/11/2019 conforme nota nº13, sendo R\$73 na Argentina, R\$254 no Uruguai e R\$2.698 na Colômbia. (\*\*) As aplicações financeiras, em 31/12/2019, constituem, substancialmente, operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 89,94% (85,78% em 31/12/2018) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). (\*\*\*) Referem-se a recursos aplicados no exterior, na moeda local equivalentes a R\$20 na Argentina, R\$4 no Uruguai e R\$ 101 na Colômbia, consequência da aquisição do Éxito, conforme Nota nº13. 7. Contas a receber – Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras. Para todas as carteiras há a consideração das perdas estimadas, que são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas

a receber. A CBD optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, aplicando o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento. Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. Em cada data de apresentação, a CBD avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a CBD e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentam perda de seu valor recuperável.

	Consolidado 2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Administradoras de cartões de crédito (nota nº7.1)	42	38	-	-
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota nº 11.2)	24	56	-	-
Tickets de vendas e duplicatas a receber	446	128	-	-
Cartão de crédito próprio	70	53	-	-
Contas a receber de partes relacionadas (nota nº11.2)	12	15	-	-
Contas a receber de fornecedores	166	101	-	-
Provisão para perdas de crédito esperada (nota nº7.2)	(32)	(5)	-	-
	<b>728</b>	<b>388</b>		
Circulante	727	384	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>1</b>	<b>4</b>		

7.1. Administradoras de cartões de crédito: A CBD e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

7.2. Provisão para perdas de crédito esperada

	Consolidado 2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Perdas/reversão registrada no exercício	(5)	(6)	-	-
Baixas de contas a receber	(263)	(630)	-	-
Desconsolidação Via Varejo	282	771	-	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	(19)	-	-	-
Aquisição de sociedade	1	(140)	-	-
<b>No fim do exercício</b>	<b>(28)</b>	<b>(5)</b>		

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Títulos vencidos – Consolidado	
	<30 dias	30-60 dias
31.12.2019	760	79
31.12.2018	393	362

8. Outras contas a receber

	Consolidado 2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber de seguradoras (*)	72	213	-	-
Contas a receber por venda de sociedades (nota nº 8.2)	83	82	-	-
Aluguéis a receber	113	44	-	-
Contas a receber – Via Varejo (**)	49	-	-	-
Venda de imóveis	128	40	-	-
Outras	143	67	-	-

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota nº 8.1)

	Consolidado 2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Perdas/reversão registrada no exercício	(16)	(12)	-	-
Baixas de contas a receber	5	4	-	-
Desconsolidação Via Varejo	(4)	-	-	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	(13)	-	-
<b>No fim do exercício</b>	<b>(15)</b>	<b>(16)</b>		

8.2. Contas a receber por venda de sociedades: Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28/05/2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas à 110% do CDI. 9. Estoques – São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de acordos comerciais recebidos de fornecedores. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registrados ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para reposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutores dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a CBD possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de acordos comerciais.

	Consolidado 2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Lojas	4.698	4.162	-	-
Centrais de distribuição	1.583	1.807	-	-
Estoque – Grupo Éxito	2.254	-	-	-
Estoque de imóveis – Grupo Éxito	190	-	-	-
Estoques de imóveis	1	5	-	-
Perdas com obsolescência e quebras (nota nº9.2)	(95)	(65)	-	-
	<b>8.631</b>	<b>5.909</b>		

9.1. Acordos comerciais nos estoques e nos custos de armazenagem: Em 31/12/2019, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$310 (R\$315 em 31/12/2018).

9.2. Perdas com obsolescência e quebras

	Consolidado 2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Adições	(65)	(73)	-	-
Reversões	(51)	(79)	-	-
Aquisição de Sociedade	(22)	-	-	-
Baixas/reversões	35	85	-	-
Desconsolidação Via Varejo	8	-	-	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	2	-	-
<b>No final do exercício</b>	<b>(95)</b>	<b>(65)</b>		

10. Tributos a recuperar – A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora 2019		Consolidado 2019		2018	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
ICMS (nota nº10.1)	-	-	2.621	2.395	-	-
Provisão para não realização do ICMS	-	-	-	(28)	-	-
PIS e COFINS (nota nº10.2)	-	-	854	717	-	-
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	321	328	-	-
IRPJ e CSLL (*)	2	2	474	54	-	-
Outros	-	-	49	20	-	-
Outros impostos – Grupo Éxito	-	-	77	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4.396</b>	<b>3.426</b>		
Circulante	2	2	1.694	681	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.702</b>	<b>2.745</b>		

(\*) Inclui os saldos de Éxito. 10.1. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS: Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integral-

mente a ele devido. Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a CBD e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria CBD e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a CBD e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado. O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a CBD o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela CBD, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração. Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela CBD e por suas subsidiárias. A CBD e suas subsidiárias têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais. Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da CBD, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da CBD. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2019, a Administração da CBD possui controles de monitoramento sobre a ade-

quência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuam para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	Clientes 2019		Outros ativos 2019		Fornecedores 2019		Saldos 2019		Outros passivos 2019		Receitas (despesas) 2019	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Controlador:	-	15	5	-	-	2	24	1	(57)	(64)		
Casino (i)	-	-	-	-	-	-	1	-	(1)	(2)		
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	20	22	(3)	(7)		
Helicoo Participações (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-		
Geant International	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Coligadas:												
FIC (iii)	24	58	36	33	39	31	-	-	152	152		
Puntos Colombia (v)	-	-	28	-	-	-	43	-	(13)	-		
Tuya (vi)	-	-	26	-	-	-	-	-	21	-		
Outras partes relacionadas:												
Greenyellow (iv)	-	-	-	-	-	-	134	141	(35)	(39)		
Grupo Casino (vii)	12	-	8	-	1	-	13	-	(4)	-		
Outros	-	-	1	-	1	-	-	-	-			

... continuação

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %		País	Wilkes	Participação indireta	Wilkes	Participação indireta
			2019	2018					
			2019	2018					
	Setara S.A.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Hiper Ahorro S.R.L.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Ciudad del Ferrol S.C.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Mablicor S.A.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Tipsel S.A.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Tedocan S.A.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Via Artika S.A.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Grupo Disco del Uruguay S.A.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Devoto Hermanos S.A.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Mercados Devoto S.A.	Uruguai	-	-		-	-	-	
	Geant Argentina S.A.	Argentina	-	-		-	-	-	
	Libertad S.A.	Argentina	-	-		-	-	-	
	Onper Investment 2015 S.L.	Espanha	-	-		-	-	-	
	Spice España de Valores Americanos S.L.	Espanha	-	-		-	-	-	
	Marketplace Internacional Exitto S.L.	Espanha	-	-		-	-	-	
	Carulla Vivero Holding Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	-	-		-	-	-	
	Gelase S.A.	Bélgica	-	-		-	-	-	
Via Varejo	Via Varejo S.A. ("Via Varejo")	Brasil	-	-		-	-	15,24	
	Indústria de Móveis Barira Ltda. ("Barira")	Brasil	-	-		-	-	15,24	
	VVLOG Logística Ltda. (PontoCred Negócio de Varejo Ltda.) ("VVLOG Logística")	Brasil	-	-		-	-	15,24	
	Globex Adm e Serviços Ltda. ("Globex Adm")	Brasil	-	-		-	-	15,24	
	Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda. ("Lake Niassa")	Brasil	-	-		-	-	15,24	
	Globex Adm. Consórcio Ltda. ("Globex Adm. Consórcio")	Brasil	-	-		-	-	15,24	
	Cnova Comércio Eletrônico S/A ("Cnova Brasil")	Brasil	-	-		-	-	15,24	

A seguir são apresentados os detalhes das associadas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %		País	Wilkes	Participação indireta	Wilkes	Participação indireta
			2019	2018					
			2019	2018					
	<b>Associadas</b>								
Cnova N.V.	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	-		-	-	11,98	
	Cdiscount Afrique S.A.S. ("Cdiscount Afrique")	França	-	-		-	-	11,98	
	Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount Internacional")	Holanda	-	-		-	-	11,98	
	Cnova France SAS ("Cnova France")	França	-	-		-	-	11,98	
	Cdiscount S/A	França	-	-		-	-	11,98	
	Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte") (**)	Costa do Marfim	-	-		-	-	11,98	
	Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal") (**)	Senegal	-	-		-	-	11,98	
	Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun") (**)	Camargões	-	-		-	-	11,98	
	Clatam AS Uruguay ("Clatam")	Uruguai	-	-		-	-	8,35	
	Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama") (**)	Panamá	-	-		-	-	8,35	
	Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay") (**)	Uruguai	-	-		-	-	8,35	
	Ediscoc Comercializadora S.A. (Cdiscount Ecuador) ("Ediscoc Comercializadora") (**)	Equador	-	-		-	-	8,35	
	Cnova Pay	França	-	-		-	-	11,98	
	BeezUP SAS ("BeezUP")	França	-	-		-	-	11,98	
	CARYA	França	-	-		-	-	11,98	
	HALTAE	França	-	-		-	-	11,98	
	C-Logistics	França	-	-		-	-	10,03	
	NEOSYS	França	-	-		-	-	6,08	
	Neotech Solutions	Marrocos	-	-		-	-	6,08	
	NEOSYS Tunisie	Tunísia	-	-		-	-	6,08	
	C Chez Vous	França	-	-		-	-	10,03	
	Phoenix	França	-	-		-	-	5,97	
FIC	Financeira Itaú CBD S/A Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	Brasil	-	-		-	-	12,56	
	Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	Brasil	-	-		-	-	7,62	
	FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	Brasil	-	-		-	-	12,56	
Éxito	Puntos Colombia S.A.S. ("Puntos")	Colômbia	-	-		-	-	16,95	
	Compañía de Financiamento Tuya S.A. ("Tuya")	Colômbia	-	-		-	-	16,95	
	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	-		-	-	0,06	

12.1.2. Informações contábeis das associadas: Os investimentos em associadas são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos investimentos e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas são: i) FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), ii) Cnova N.V. que opera principalmente no comércio eletrônico na França e (iii) Tuya, financeira investida do Éxito. Não há quaisquer restrições por parte das associadas em transferir recursos para a Companhia, como por exemplo em forma de dividendos. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC		Cnova N.V.		Tuya	
	2019	2018	2018	2019	2018	2019
Ativo circulante	7.085.592	3.271	3.121	3.943	-	-
Ativo não circulante	51	59	1.947	100	-	-
Ativo total	7.136.601	5.858	5.068	4.043	-	-
Passivo circulante	6.185.279	5.819	5.127	1.426	-	-
Passivo não circulante	20	10	757	2.146	-	-
Patrimônio líquido	931	722	(816)	471	-	-
Total passivo e patrimônio líquido	7.136.601	5.858	5.068	4.043	-	-

**Demonstração do resultado:**

	2019		2018	
	2019	2018	2018	2019
Receitas	1.207	969	9.370	698
Resultados operacionais	441	398	(73)	87
Lucro líquido do exercício	263	218	(147)	(14)

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio no valor de R\$122, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco. O cálculo do investimento de Éxito em Tuya e Cnova N.V. incluem o ágio apurado na aquisição no valor de R\$71 e R\$11, respectivamente. 12.2. Composição e movimentação dos investimentos:

12.2.1. Informações sobre o investimento da Companhia em 31/12/2019 e 2018:

Investida	2019		2018	
	2019	2018	2018	2019
Ações possuídas (em milhares de ações)	94.019	94.019	-	-
Participação no capital social - %	35,11%	35,26%	-	-
Capital social	6.857	6.825	-	-
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores	10.940	10.234	-	-

12.2.2. Movimentação do investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado	2018		2019	
	2018	2019	2018	2019
Reapresentado	3.313	3.313	-	-
Movimentação:				
Equivalência patrimonial	-	-	405	-
Ganhos/perdas em investimentos (i)	-	-	5	-
Mudança de participação societária (ii)	-	-	(4)	-
Dividendos/JCP receber/recebidos	-	-	(110)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado</b>	<b>3.609</b>	<b>3.609</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Movimentação:				
Equivalência patrimonial	-	-	278	-
Ganhos/perdas em investimentos (i)	-	-	82	-
Mudança de participação societária (ii)	-	-	(16)	-
Dividendos/JCP a receber/recebidos	-	-	(112)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.841</b>	<b>3.841</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) Movimentações no Patrimônio Líquido de GPA. (ii) Refere-se a mudanças no percentual de participação em GPA devido à emissão de ações por GPA não acompanhadas por Wilkes.

	Consolidado			
	FIC	BINV	Tuya	Colômbia
<b>Saldos em 31.12.2017 reapresentado</b>	<b>155</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(200)</b>
Equivalência patrimonial - contida	79	-	-	(51)
Equivalência patrimonial - descontinuada	32	8	-	-
Dividendos e juros s/ capital próprio - operação continuada	(25)	-	-	(25)
Dividendos e juros s/ capital próprio - operação descontinuada	(12)	-	-	(12)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	(7)	-	-	(28)
Reclassificação para mantidos para vendas	(19)	(8)	-	(27)
<b>Saldos em 31.12.2018 reapresentado</b>	<b>203</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(279)</b>
Equivalência patrimonial - contida	106	-	(7)	2
Equivalência patrimonial - descontinuada	12	4	-	-
Dividendos e juros s/ capital próprio - operação continuada	(20)	-	-	(20)
Dividendos e juros s/ capital próprio - operação descontinuada	(3)	-	-	(3)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	-	9	(8)
Aquisição de Investimento	-	-	305	11
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	(9)	(4)	-	(13)
<b>Saldos em 31.12.2019</b>	<b>289</b>	<b>-</b>	<b>307</b>	<b>(375)</b>

12.2.3. Investimento

	2019		2018	
	2019	2018	2018	2019
Patrimônio líquido do GPA - atribuído aos acionistas controladores	10.940	10.234	-	-
Participação da Wilkes no GPA	35,11%	35,26%	-	-
<b>Investimento da Wilkes no GPA</b>	<b>3.841</b>	<b>3.609</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

12.3. Venda do investimento na Via varejo: A CBD concluiu o processo de venda iniciado em 23/11/2016, através de leilão em 14/06/2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$4,90 reais por ação, totalizando R\$2.300, em linha com a sua estratégia de longo prazo de foco no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R\$398, líquido do IRPJ de R\$19 (alíquota n°21) e dos custos relacionados, foi apresentado no resultado das operações descontinuadas (vide nota n°33). A CBD deixou de exercer o controle sobre a Via Varejo durante o mês de junho de 2019 e está em processo de implementação dos passos formais previstos para tais eventos sobre as garantias outorgadas, participações societárias em outras empresas, utilização de marcas, etc. A Companhia continuará concedendo garantia sobre os processos jurídicos anteriores a aquisição da Globex em 2010, conforme divulgados na nota n° 22.6. **Combinação de negócios e ágio** - Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas. Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida. Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado. O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem se beneficiar da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs. Em casos nos quais o ágio faça parte de uma UGC e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da UGC que foi mantida. 13.1. Aquisição Almacenes Éxito ("Éxito") - Colômbia: Em 26/06/2019, foi apresentada em reunião do Conselho de Administração do GPA, uma recomendação do acionista controlador final da Companhia, Casino, com o objetivo de simplificação da estrutura do Casino na América Latina, melhora significativa na governança e aumento da base de potenciais investidores. As transações sob controle comum não têm previsão no IFRS, no entanto as transações com finalidade meramente de reorganização societária foram tratadas a custo historicamente pela Companhia. A transação de aquisição do Grupo Éxito diferiu de uma reorganização pois teve característica mercantil, sendo feita a valor de mercado validado por comitês de avaliação, envolveu uma oferta pública lançada pelo GPA, por meio de sua subsidiária Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações do Éxito, sociedade de capital aberto localizada na Colômbia. Em virtude da existência de substância econômica, a Companhia aplicou o CPC 15R/IFRS 3R. A transação envolveu ainda a aquisição pelo Casino da totalidade das ações de controle de emissão do GPA até então detidas indiretamente pelo Éxito ao preço de R\$113 reais por ação; e a migração do GPA para o Novo Mercado, segmento de mais elevado nível de governança da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão do GPA em ações ordinárias à razão de 1 para 1. Em 23/07/2019 foi divulgado fato relevante comunicando que o Conselho de Administração do GPA, com base na recomendação favorável do Comitê Especial Independente e dentro do intervalo de preço recomendado originalmente pela diretoria executiva do GPA, aprovou que sua subsidiária operacional Sendas Distribuidora autorizasse a emissão de uma oferta pública ("OPA") com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações de Éxito, ao preço de 18.000 pesos colombianos por ação (equivalentes a R\$21,68 reais na data da aquisição). Em continuidade a transação, em 12/09/2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral de acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta no GPA para o Casino nos termos anteriormente divulgados. Visto que nesta transação a CBD estava exposta a pesos Colombianos ("COP") durante o período da oferta, no dia 24/07/2019, o comitê financeiro da CBD aprovou a realização de um hedge de fluxo de caixa, via NDFs (Non Deliverable Forward), para mitigar essa exposição (vide nota n°19). Em 27/11/2019, a OPA foi encerrada e a CBD passou a deter 96,57% de participação no capital de Éxito. O encerramento da OPA representou um desembolso pela Sendas de 7.780 bilhões de pesos colombianos (valor equivalente a R\$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio de 31/12/2019). Anteriormente à liquidação da OPA, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão do GPA detidas direta

e indiretamente por Éxito pelo preço, líquido de dívida, de US\$1.161 milhões (equivalente a R\$4,9 bilhões com base na taxa de câmbio da data da transação). Contexto da associação: Almacenes Éxito S.A. opera mais de 650 lojas na Colômbia, Uruguai e Argentina, além de explorar shopping centers, ter investimento significativo em empresa de fidelidade e financeira, além de explorar marcas próprias. A CBD passou a consolidar os resultados de Éxito a partir de 01/12/2019, quando obteve controle da companhia, consolidando somente um mês da demonstração do resultado. As vendas líquidas foram de R\$2.151 nesse período e o lucro líquido de R\$71. Caso o Éxito tivesse sido consolidado a partir de 01/01/2019, na demonstração do resultado o efeito seria de R\$ 18.388 nas vendas líquidas e R\$ 178 no lucro líquidos das operações continuadas. **Determinação da contraprestação transferida pela aquisição:** Os valores foram transferidos em caixa no montante líquido de R\$9.413. Este valor inclui o efeito do hedge de fluxo de caixa efetuado para proteger a variação cambial entre Reais e pesos colombianos, de parte do preço de aquisição das ações entre o início e o fim da OPA, no montante de R\$145, e está líquido de dividendos (R\$42) relacionados ao exercício de 2018 cujo pagamento estava previsto para janeiro de 2020.

Desembolso de caixa  
Ajuste do hedge do fluxo de caixa  
2019  
9.268  
145  
9.413

Dividendos relacionados ao exercício de 2018  
**Valor da contraprestação total transferida**  
9.371

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos: Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Éxito, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

**Balanco após a alocação do preço de compra**

Ativos:	6.062
Caixa e equivalentes de caixa	416
Contas a receber e outras contas a receber	2.765
Estoques	477
Tributos a recuperar	349
Outros ativos circulantes	1.353
IRPJ e C.S. diferidos	137
Créditos com partes relacionadas	111
Outros ativos não circulantes	316
Investimentos	2.972
Propriedades para investimento	8.496
Imobilizado, líquido	3.009
Ativos intangíveis	26.463
Passivos:	283
Obrigações sociais e trabalhistas	4.545
Fornecedores	219
Obrigações fiscais	2.546
Empréstimos e financiamentos	277
Passivo de arrendamento	998
Outros passivos circulantes	2.060
Empréstimos e financiamentos - LP	2.100
Tributos diferidos	103
Provisões	1.540
Passivo de arrendamento - LP	28
Outras obrigações - LP	14.699
Ativos Líquidos	11.764
(-) Valor atribuído aos não controladores	(2.558)
<b>Ativos líquidos</b>	<b>9.206</b>

a) Marcas - A CBD identificou as principais marcas da operação do Éxito estando representadas pelos formatos de lojas operados na Colômbia Sur-timax, Super Inter, Surti Mayorista, Viva, Frescampo, Éxito e Carulla, na Argentina a marca Libertad e no Uruguai a marca Disco. Adicionalmente, foram avaliadas as marcas próprias Éxito, Bronzi, Frescampo, Ekono, Arkitekt e Carulla. As marcas possuem vida útil indefinida. b) Propriedades para Investimento e de lojas - O Grupo Éxito tem ativos imobiliários que são explorados em suas atividades de aluguel de galerias e na atividade de shopping centers. Tais ativos têm alta relevância comercial, estando localizados em áreas privilegiadas. Adicionalmente, foram avaliadas um grupo de lojas considerados significativos que são exploradas na operação do Éxito. c) Investimento Tuya - A CBD avaliou o investimento em Tuya considerando a projeção dos lucros futuros; d) Arrendamentos - Os contratos de aluguéis foram recalculados considerando a taxa incremental na data da aquisição. O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

Valor da contraprestação total transferida - 96,57%  
Valor justo da empresa a 100%  
9.371  
9.706

**Valor justo da participação dos não controladores (OPA)**  
335

**Ágio identificado:** Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de Éxito, (ii) mensuração da participação do acionista não controlador, e (iii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a CBD apurou ágio de expectativa de rentabilidade futura de R\$165, que consiste principalmente em sinergias e economia em escala. O ágio não é dedutível para fins fiscais, exceto na alienação do investimento, e foi assim determinado:

Valor justo dos ativos líquidos adquiridos  
(-) Valor atribuído aos não controladores  
11.764  
(2.223)  
9.541

Participação remanescente dos não controladores (OPA)  
(335)  
9.206

Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de Éxito  
9.371

**Ágio resultante na aquisição do controle de Éxito**  
165

O ágio está divulgado no balanço consolidado no subgrupo do ativo intangível. Na subsidiária Sendas, controladora direta do Éxito, o ágio está no subgrupo de investimentos, no mesmo grupo de ativos não circulantes. O custo relacionado a aquisição foi de R\$ 19,8 e está reconhecido nas "outras despesas operacionais" (nota n° 28). 13.2. Cheffime e James Delivery: A CBD adquiriu no ano de 2018 e 2019, respectivamente, o controle de James Delivery que é uma empresa de entregas e Cheffime que fornece kits gastronômicos. Os ativos líquidos de tais empresas (representando cerca de R\$1) e as considerações pela aquisição foram mensuradas e concl

... continuação

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Terrenos	3.692	3.692	1.366	1.366
Edifícios	5.712 (843)	4.869	2.585 (812)	1.773
Beneficiárias em imóveis de terceiros	7.065 (2.624)	4.441	5.868 (2.025)	3.843
Máquinas e equipamentos	4.864 (2.583)	2.281	2.957 (1.649)	1.308
Instalações	1.065 (485)	580	865 (364)	501
Móveis e utensílios	2.196 (1.189)	1.007	1.287 (692)	595
Imobilizado em andamento	275	275	176	176
Outros	256 (182)	74	206 (147)	59
<b>Total</b>	<b>25.125 (7.906)</b>	<b>17.219</b>	<b>15.310 (5.689)</b>	<b>9.621</b>

15.2. Garantias: Em 31/12/2019 e 2018, a CBD e suas subsidiárias possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota nº 22.8. 15.3. Custos de captação de empréstimos capitalizados: O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31/12/2019 foi de R\$26 (R\$22 em 31/12/2018). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 136,11% (101,78% em 31/12/2018) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela CBD.

16. Intangíveis

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Arrendamento - direito de uso:				
Edifícios	10.655 (3.632)	7.023	7.449 (3.027)	4.422
Equipamentos	128 (83)	45	82 (73)	9
Terrenos	6 (3)	3	-	-
<b>Total</b>	<b>10.789 (3.718)</b>	<b>7.071</b>	<b>7.531 (3.100)</b>	<b>4.431</b>

16.1. Intangíveis: O valor recuperável do ativo recuperável do ágio foram detalhados na nota explicativa 14 e 15. (\*\*\*) Direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. Os valores são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. (nota explicativa 16.2). (\*\*\*\*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A CBD tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos. 16.1. Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio: O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº15 Imobilizado. Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e as marcas adquiridas por meio de combinações de negócios e licenças operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e atacado de autoserviços referente à marca "ASSAÍ". O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4% (10,1% em 2018), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,8% (5,5% em 31/12/2018). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Análise de sensibilidade: Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. 16.2. Fundo de comércio: Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração da CBD, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizadas nos demais testes de recuperabilidade da CBD seguindo o prazo de utilização destes ativos. 16.3. Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Adições	298	298	737	737
Arrendamento	(1)	-	(59)	-
Financiamento de intangíveis - Adição	(2)	-	37	-
Financiamento de intangíveis - Pagamentos	46	-	37	-
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>320</b>	<b>715</b>	<b>737</b>

17. Fornecedores: Fornecedores de produtos: 14.371, 9.662; Fornecedores de serviços: 977, 491; Acordos comerciais (nota nº17.2): 4.611, 9.246. 17.1. Convênios entre fornecedores, CBD e bancos: CBD e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela CBD. Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a CBD. A CBD tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros. 17.2. Acordos Comerciais: Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido. 18. Empréstimos e financiamentos - 18.1. Composição da dívida

	Taxa média ponderada		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Debêntures e nota promissória				
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota nº18.4)	129,34% do CDI	11,863	4.146	11.863
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Em moeda local				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4,01% a.a	27	37	-
Capital de giro	124,4% do CDI	1.008	238	-
Capital de giro	TR + 9,8% a.a.	99	112	-
Contratos de swap (nota nº 18.7)	101,44%	(12)	(11)	-
Custo de captação		(22)	(3)	-
<b>Total</b>		<b>1.100</b>	<b>373</b>	
Em moeda estrangeira				
(nota nº18.5)				
Capital de giro	USD + 3,14% a.a.	846	843	-
Capital de giro	IBR 3M+2%	323	-	-
Carta de Crédito		12	-	-
Contratos de swap (nota nº18.7)	118,27% do CDI	(15)	(76)	-
Contratos de swap (nota nº18.7)	IBR 3M+2%	(19)	-	-
Contratos de NDF - Derivativos		(1)	-	-
Custo de captação		(1)	-	-
<b>Total</b>		<b>1.145</b>	<b>767</b>	
<b>Total</b>		<b>14.108</b>	<b>5.286</b>	

18.2. Movimentação dos empréstimos: Em 31 de dezembro de 2018 Ajuste relacionado ao IFRS 16 Saldo inicial representado

Wilkes Participações S.A.

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Adições (i)	3.268	3.268	2.236	2.236
Arrendamento	(806)	-	(519)	-
Juros capitalizados	(26)	-	(22)	-
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(2.116)	-	(1.482)	-
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	2.142	-	1.436	-
<b>Total</b>	<b>2.462</b>	<b>2.462</b>	<b>1.649</b>	<b>1.649</b>

(i) As adições efetuadas pela CBD referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação. (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro. 15.5. Outras informações: Em 31/12/2019, a CBD e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$147 no consolidado (R\$126 em 31/12/2018), referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição. 16. Intangíveis - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos. Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Ágio (**)	3.343	3.343	-	-
Marcas	39	39	251	(251)
Fundo de comércio (***)	86	24	6	111
Software	551	534	(91)	(29)
<b>Total</b>	<b>4.019</b>	<b>558</b>	<b>41</b>	<b>(96)</b>

(\*) Vide nota nº13.1 e 13.2. (\*\*) Os testes de valor recuperável do ágio foram detalhados na nota explicativa 14 e 15. (\*\*\*) Direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. Os valores são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. (nota explicativa 16.2). (\*\*\*\*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A CBD tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos. 16.1. Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio: O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº15 Imobilizado. Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e as marcas adquiridas por meio de combinações de negócios e licenças operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e atacado de autoserviços referente à marca "ASSAÍ". O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4% (10,1% em 2018), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,8% (5,5% em 31/12/2018). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Análise de sensibilidade: Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. 16.2. Fundo de comércio: Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração da CBD, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizadas nos demais testes de recuperabilidade da CBD seguindo o prazo de utilização destes ativos. 16.3. Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Arrendamento - direito de uso				
Edifícios	10.655 (3.632)	7.023	7.449 (3.027)	4.422
Equipamentos	128 (83)	45	82 (73)	9
Terrenos	6 (3)	3	-	-
<b>Total</b>	<b>10.789 (3.718)</b>	<b>7.071</b>	<b>7.531 (3.100)</b>	<b>4.431</b>

16.1. Intangíveis: O valor recuperável do ativo recuperável do ágio foram detalhados na nota explicativa 14 e 15. (\*\*\*) Direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. Os valores são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. (nota explicativa 16.2). (\*\*\*\*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A CBD tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos. 16.1. Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio: O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº15 Imobilizado. Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e as marcas adquiridas por meio de combinações de negócios e licenças operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e atacado de autoserviços referente à marca "ASSAÍ". O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4% (10,1% em 2018), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,8% (5,5% em 31/12/2018). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Análise de sensibilidade: Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. 16.2. Fundo de comércio: Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração da CBD, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizadas nos demais testes de recuperabilidade da CBD seguindo o prazo de utilização destes ativos. 16.3. Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Adições	298	298	737	737
Arrendamento	(1)	-	(59)	-
Financiamento de intangíveis - Adição	(2)	-	37	-
Financiamento de intangíveis - Pagamentos	46	-	37	-
<b>Total</b>	<b>320</b>	<b>320</b>	<b>715</b>	<b>737</b>

17. Fornecedores: Fornecedores de produtos: 14.371, 9.662; Fornecedores de serviços: 977, 491; Acordos comerciais (nota nº17.2): 4.611, 9.246. 17.1. Convênios entre fornecedores, CBD e bancos: CBD e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela CBD. Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a CBD. A CBD tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros. 17.2. Acordos Comerciais: Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido. 18. Empréstimos e financiamentos - 18.1. Composição da dívida

	Taxa média ponderada		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Debêntures e nota promissória				
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota nº18.4)	129,34% do CDI	11,863	4.146	11.863
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Em moeda local				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4,01% a.a	27	37	-
Capital de giro	124,4% do CDI	1.008	238	-
Capital de giro	TR + 9,8% a.a.	99	112	-
Contratos de swap (nota nº 18.7)	101,44%	(12)	(11)	-
Custo de captação		(22)	(3)	-
<b>Total</b>		<b>1.100</b>	<b>373</b>	
Em moeda estrangeira				
(nota nº18.5)				
Capital de giro	USD + 3,14% a.a.	846	843	-
Capital de giro	IBR 3M+2%	323	-	-
Carta de Crédito		12	-	-
Contratos de swap (nota nº18.7)	118,27% do CDI	(15)	(76)	-
Contratos de swap (nota nº18.7)	IBR 3M+2%	(19)	-	-
Contratos de NDF - Derivativos		(1)	-	-
Custo de captação		(1)	-	-
<b>Total</b>		<b>1.145</b>	<b>767</b>	
<b>Total</b>		<b>14.108</b>	<b>5.286</b>	

18.2. Movimentação dos empréstimos: Em 31 de dezembro de 2018 Ajuste relacionado ao IFRS 16 Saldo inicial representado

amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa de amortização é de 10,82%, iniciando a amortização quando se tornam operacionais. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Ágio - Vierli	2.425 (1.110)	1.315	2.259 (1.111)	1.148
Marcas	2.236	2.236	2.236	2.236
Fundo de comércio (***)	3.062	39	39	135
Software	135	135	111	621
<b>Total</b>	<b>9.573 (1.937)</b>	<b>7.636</b>	<b>5.845 (1.690)</b>	<b>4.155</b>

16.1. Intangíveis: O valor recuperável do ativo recuperável do ágio foram detalhados na nota explicativa 14 e 15. (\*\*\*) Direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. Os valores são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. (nota explicativa 16.2). (\*\*\*\*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A CBD tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos. 16.1. Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio: O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº15 Imobilizado. Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e as marcas adquiridas por meio de combinações de negócios e licenças operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e atacado de autoserviços referente à marca "ASSAÍ". O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4% (10,1% em 2018), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,8% (5,5% em 31/12/2018). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Análise de sensibilidade: Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. 16.2. Fundo de comércio: Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração da CBD, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizadas nos demais testes de recuperabilidade da CBD seguindo o prazo de utilização destes ativos. 16.3. Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Saldo em 2019		Saldo em 2018	
	Depre- ciação acumu- lada	Líquido	Depre- ciação acumu- lada	Líquido
Arrendamento - direito de uso				
Edifícios	10.655 (3.632)	7.023	7.449 (3.027)	4.422
Equipamentos	128 (83)	45	82 (73)	9
Terrenos	6 (3)	3	-	-
<b>Total</b>	<b>10.789 (3.718)</b>	<b>7.071</b>	<b>7.531 (3.100)</b>	<b>4.431</b>

16.1. Intangíveis: O valor recuperável do ativo recuperável do ágio foram detalhados na nota explicativa 14 e 15. (\*\*\*) Direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. Os valores são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. (nota explicativa 16.2). (\*\*\*\*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A CBD tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos. 16.1. Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio: O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº15 Imobilizado. Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e as marcas adquiridas por meio de combinações de negócios e licenças operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e atacado de autoserviços referente à marca "ASSAÍ". O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4% (10,1% em 2018), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,8% (5,5% em 31/12/2018). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Análise de sensibilidade: Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. 16.2. Fundo de comércio: Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração da CBD, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros. Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizadas nos demais testes de recuperabilidade da CBD seguindo o prazo de utilização destes ativos. 16.3. Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Saldo em 2019	
--	---------------	--

Wilkes Participações S.A.

... continuação

perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afete o resultado. Perda no valor recuperável de ativos financeiros: O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento. • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro • Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previstas de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos. A CBD mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, atueiras a receber, contas a receber atacado e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a CBD considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da CBD, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções. A CBD presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A CBD considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a CBD, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias. A CBD determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a CBD está exposta ao risco de crédito. Mensuração de perdas de crédito esperadas – Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a CBD de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a CBD espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito – Em cada data de apresentação, a CBD avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrerem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. Apresentação da perda por redução ao valor recuperável – Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas". Contas a receber e ativos contratuais – A CBD considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como: • Nível de risco de crédito e histórico de perdas – para clientes atacados e locação de imóveis; • Status de inadimplência risco de default e histórico de perdas – para administradoras de cartão de crédito e outros clientes. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Partes relacionadas – ativo	-	-	104	34
Contas a receber e outras contas a receber	-	-	924	695
Outros ativos	-	-	51	-
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	7.956	4.371
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	-	-	86	87
Outros ativos	-	-	2	-
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Contas a receber de administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	-	-	377	123
Outros ativos	-	-	19	-
Passivos financeiros:				
Outros passivos financeiros – custo amortizado				
Partes relacionadas – passivo	(20)	(19)	(235)	(164)
Fornecedores	-	-	(14.887)	(9.246)
Fornecedores por compra de ativo	-	-	(231)	(149)
Debêntures e notas promissórias	-	-	(11.863)	(4.146)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(1.348)	(207)
Arrendamento Financeiro	-	-	(8.667)	(5.787)
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de Hedge accounting)	-	-	(944)	(956)
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo – Ponta Passiva	-	-	(39)	-
Instrumentos Financeiros – Fornecedores – Hedge de valor justo – Ponta Passiva	-	-	(8)	-
Opção de venda Grupo Disco (*)	-	-	(466)	-

(\*) Vide nota nº 19.3. O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota nº 19.3. 19.1. Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da CBD e de suas subsidiárias. (i) Risco de crédito • Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da CBD, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados. • Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a

receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a CBD monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa. • A CBD também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança. • Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas. (ii) Risco de taxa de juros: A CBD e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a CBD e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (hedge de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros. (iii) Risco da taxa de câmbio: As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a CBD utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como swaps, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais. O Grupo Êxito utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações. (iv) Risco de gestão de capital: O objetivo principal da administração de capital da CBD é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A CBD administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa				
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	-	-	39	87
Empréstimos e financiamentos	-	-	(14.155)	(5.373)
Outros passivos de partes relacionadas (*)	-	-	(124)	(138)
Dívida líquida	2	2	(6.284)	(1.053)
Patrimônio líquido	(6.124)	(5.857)	(15.831)	(15.407)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido			0,00%	0,00%
			40%	7%

(\*) Representa o saldo a pagar a Greenyellow, referente à compra de equipamentos. a. Risco de gestão de liquidez. A CBD gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros. O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da CBD em 31/12/2019. Consolidado

	Menos De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.249	1.054	407
Debêntures e nota promissória	2.675	10.694	312
Instrumentos financeiros derivativos	3	(13)	(3)
Passivo de arrendamento	1.747	5.483	9.444
Fornecedores	14.887	-	-14.887
<b>Total</b>	<b>20.561</b>	<b>17.218</b>	<b>10.160</b>

b. Instrumentos financeiros derivativos: Algumas operações de swap são classificadas como hedge de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, considerando a dívida em taxa de juros e moeda locais. Em 31/12/2019, o valor de referência dos contratos era R\$955 (R\$883 em 31/12/2018). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração. De acordo com as políticas da tesouraria da CBD, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de swaps com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrendamento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps ou forwards tradicionais para proteção de dívidas. A CBD calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31/12/2019 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilização de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48 (IFRS 9), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

	Consolidado	
	2019	2018
Swap com contabilização de hedge	955	883
Objeto de hedge (dívida)	944	955
Posição ativa (comprada)		
Taxa prefixada	TR + 9,80% a.a.	127
US\$ + fixa	USD + 3,14 % a.a.	828
		756
		846
		845
		945
Posição passiva (vendida)		
	118,27% do CDI	(955)
		(883)
		(917)
		(868)
		57
		87
		(29)
		28
		87

Objeto de hedge (dívida) TR + 9,80% a.a. 127 127 99 112 USD + 3,14 % a.a. 828 756 846 845 955 883 945 955 Posição passiva (vendida) 118,27% do CDI (955) (883) (917) (868) Posição de hedge – ativo – – 57 87 Posição de hedge – passivo – – (29) – Posição de hedge líquida – – – 28 87 Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31/12/2019 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$28 (a receber de R\$87 em 31/12/2018), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos". Os efeitos de hedge ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31/12/2019 resultaram em um ganho de R\$6 (ganho de R\$6 em 31/12/2018). (v) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado. Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-o ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, que são divulgadas pela B3. Os valores a mercado dos swaps coupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear – 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial – 252 dias úteis. 19.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, o cenário provável (i) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (ii) e (iii), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros. Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$4,47 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 4,89% ao ano. No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos. A CBD divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados. (i) Outros instrumentos financeiros

	Projeção de mercado			
	Saldo em 2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	(86)	(211)	(214)	(218)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	(831)	(860)	(904)	(916)
Debêntures e notas promissórias	(10.853)	(11.380)	(11.512)	(11.644)
Debêntures (2ª Emissão CRA)	(1.091)	(1.142)	(1.154)	(1.167)
Empréstimos bancários – CBD	(1.008)	(1.058)	(1.071)	(1.083)
Exposição total a empréstimos e financiamentos	(13.869)	(14.651)	(14.855)	(15.028)
Equivalentes de caixa (*)	4.471	4.468	4.717	4.766
Exposição líquida:	(9.398)	(10.183)	(10.138)	(10.262)
Efeito líquido – perda:				
			(740)	(864)

na data de mensuração. Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros. No caso de instrumentos financeiros não negociados diretamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela CBD e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o "benchmarking" do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados. A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos

e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Consolidado	
	2019	2018
Ativos e passivos financeiros		
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	377	377
Swaps de taxa de juros entre moedas	15	15
Swaps de taxa de juros	25	25
Forward entre Moedas	(1)	(2)
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(944)	(944)
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(13.211)	(12.528)
Opção de venda Grupo Disco (*)	(466)	(466)
<b>Total</b>	<b>(14.205)</b>	<b>(13.523)</b>

(\*) Os acionistas minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A., subsidiária do Grupo Êxito, têm uma opção de venda exercível baseada em uma fórmula que utiliza informações como lucro líquido, EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e dívida líquida, além dos valores fixos determinados em contrato e a variação cambial aplicável para conversão à moeda funcional. Essa opção de venda foi apresentada em "Aquisição de participação minoritária". Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31/12/2019. Os swaps de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura. 19.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos: A CBD e suas subsidiárias mantem contratos de derivativos nas seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, Bradesco, Banco Tokyo, Scotiabank, Credit Agricole Corporate, Banco de Bogotá, BBVA, BNP, BÉVA, Davivenda, Bancolombia, HSB e Corficolombia. A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

	Valor de referência		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Risco				
Dívida				
USD – BRL	2019	-	43	-
USD – BRL	US\$ 21	2020	16	33
Taxa de juros – BRL	R\$ 20	2026	2	2
Taxa de juros – BRL	R\$ 106	2027	10	9
Derivativos – Hedge de valor justo				
-Seg. Brasil			28	87
Dívida				
USD – COP	US\$ 211	2020	20	-
USD – COP	US\$ 3	2022	1	-
Taxa de juros – COP	COP 673.109	2020	(1)	-
Taxa de juros – COP	COP 138.440	2021	(1)	-
			19	-
Fornecedores				
EUR – COP	EUR 2	2020	-	-
USD – COP	USD 56	2020	(8)	-
			(8)	-
			11	-

20. Impostos e contribuições a recolher e parcelados – As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e ao Imposto sobre Serviços – ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e a contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS são apresentados líquidos da receita de vendas. As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso. 20.1. Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Consolidado	
	2019	2018
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (ii)	355	432
Impostos parcelados – PERT (i)	162	169
ICMS	96	88
PIS e COFINS	7	8
Provisão para IRPJ e CSLL	-	115
Imposto de renda retido na fonte	1	2
INSS	6	4
Outros	60	23
Impostos – Grupo Êxito	220	-
	907	841
Circulante	531	370
Não circulante	376	471

(i) A CBD decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº13.496, de 24/10/2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A CBD incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (nota nº22.2). O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A CBD está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento. (ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) – a Lei nº11.941, publicada em 27/05/2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, e concede uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionada pela adesão a esse parcelamento. A CBD está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento. 20.2. Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

	Consolidado
De 1 a 2 anos	105
De 2 a 3 anos	104
De 3 a 4 anos	92
De 4 a 5 anos	13
Após 5 anos	62
	376

21. IRPJ e CSLL: IRPJ e CSLL correntes: O IRPJ e CSLL correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A tributação sobre a renda compreende o IRPJ da Pessoa Jurídica – IRPJ e a CSLL sobre o Lucro Líquido – CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o IRPJ e a CSLL diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal. Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o IRPJ e a CSLL diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias. O valor contábil do IRPJ e da CSLL diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do IRPJ e da CSLL diferidos. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos. Os créditos de IRPJ e CSLL diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A definição do valor do IRPJ e da CSLL diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de IRPJ, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e

despesas tributárias já registradas. A CBD e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade. 21.1 Reconciliação de despesas com o IRPJ e a CSLL

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Reapresentado				
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	267	390	749	1.554
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34% (*)	(91)	(133)	(319)	(527)
Multas fiscais	-	-	(18)	(22)
Equivalência patrimonial	95	138	(2)	15
Juros sobre capital próprio (**)	(3)	(5)	77	88
Benefícios Fiscais	-	-	19	15
Reconhecimento prejuízo fiscal anos anteriores	-	11	-	11
Outras diferenças permanentes	(1)	-	(29)	18
IRPJ e CSLL efetivo	-	11	(272)	(402)
IRPJ e CSLL do exercício:				

... continuação

outros: Correspondem a assuntos tais como não homologação de compensações, incluindo valores de menor expressão, que em 31/12/2019 totalizam R\$4 (R\$86 em 31/12/2018). Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela CBD. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos do Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) crédito indevido (iv) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, em razão de decisão desfavorável no Tribunal (v) outros assuntos. O montante provisionado em 31/12/2019 para esses assuntos é R\$345 (R\$340 em 31/12/2018). ICMS: Em decorrência do julgamento do Supremo Tribunal Federal ("STF"), em 16/10/2014, foi decidido que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A CBD, com auxílio de seus assessores externos, entendeu adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R\$50 em 31/12/2019 (R\$92 em 31/12/2018), por considerar esta demanda como perda "provável". Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Administração do desembolso provável de caixa necessário para liquidar esta demanda. Em 09/05/2019, o STF confirmou o entendimento proferido anteriormente e não acatou o pedido de modulação dos efeitos da decisão. No entanto, tal decisão não trouxe grandes impactos nas informações financeiras da CBD, uma vez que o valor já era provisionado em sua totalidade. Adicionalmente, existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2019, a CBD mantém provisão de R\$268 (R\$221 em 31/12/2018), que representa a melhor estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo. Lei complementar nº112/01: A CBD discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. O montante provisionado em 31/12/2019 é de R\$96 (R\$88 em 31/12/2018). Grupo Exitó: A subsidiária Exitó e suas controladas discutem temas tributários relacionados ao imposto de valor agregado, imposto de propriedade e impostos de indústria e comércio no montante de R\$ 78 em 31/12/2019. 22.3. Previdenciárias e trabalhistas. A CBD e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31/12/2019, a CBD mantém provisão no montante de R\$319 (R\$291 em 31/12/2018). A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. 22.4. Cíveis, regulatórias e outros: A CBD e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da CBD constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis. Entre esses processos destacam-se: • A CBD e suas subsidiárias ajuizaram e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A CBD constitui provisão na diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela CBD. Em 31/12/2019, o montante da provisão para essas ações é de R\$68 (R\$49 em 31/12/2018), para as quais não há depósitos judiciais. • A CBD e suas subsidiárias ajuizaram e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A CBD, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31/12/2019, o montante da provisão para essas ações é de R\$24 (R\$27 em 31/12/2018). • A subsidiária Exitó e suas controladas respondem a algumas ações judiciais relacionadas a casos de responsabilidade civil, processos por condições locatícias e demais temas no montante de R\$ 17 em 31/12/2019. • Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31/12/2019 é de R\$36 (R\$40 em 31/12/2018). O total das demandas cíveis e regulatórias em 31/12/2019 é de R\$145 (R\$116 em 31/12/2018). 22.5. Passivos contingentes não provisionados: A CBD possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$10.829 em 31/12/2019 (R\$10.671 em 31/12/2018), e são relacionadas principalmente a: • INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$453 em 31/12/2019 (R\$420 em 31/12/2018). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. • IRPJ, IRRF, CSLL, IOF – O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$1.055 em 31/12/2019 (R\$1.021 em 31/12/2018). • COFINS, PIS e IPI – A CBD vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$2.022 de 31/12/2019 (R\$1.985 em 31/12/2018). • ICMS – o GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$6.773 em 31/12/2019 (R\$6.582 em 31/12/2018), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial. • ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor monta R\$123 de 31/12/2019 (R\$150 em 31/12/2018) e que aguardam decisões administrativas e judiciais. • Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a CBD pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juízo especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, dentre outros, totalizando R\$403 de 31/12/2019 (R\$513 em 31/12/2018). • A subsidiária Exitó e suas controladas possuem um montante de R\$ 72 de processos com probabilidade de perdas possíveis em 31/12/2019, em sua maioria relacionados a temas tributários. A CBD possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a CBD tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R\$1.409 em 31/12/2019 (R\$1.317 em 31/12/2018). A CBD é responsável pelos processos judiciais da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia (Via Varejo). Em 31/12/2019, o montante envolvido de processos tributários é R\$484 (R\$399 em 31/12/2018). A CBD tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitatativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31/12/2019 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$205 (R\$186 em 31/12/2018). 22.6. Depósitos judiciais: A CBD está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, registrados em seu ativo.

2019 2018

Passivo de arrendamento mercantil	937	507
– pagamentos mínimos de aluguel:		
Até 1 ano	2.936	1.956
De 1 a 5 anos	4.794	3.324
Mais de 5 anos	8.667	5.787
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	8.007	6.780
Encargos futuros de financiamento	16.674	12.567
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil		
A despeza de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 29. A taxa de juros incremental da CBD e suas subsidiárias na data da assinatura dos contratos foi 10,73% no exercício findo em 31/12/2019 (12,61% em 31/12/2018). 23.2. Movimentação obrigações de arrendamento mercantil		

2019 2018

Em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	5.787	807
Captação	838	862
Remensuração	862	862
Provisão de juros	(1.498)	(1.116)
Amortizações	1.817	1.337
Baixa por Antecipação do encerramento do contrato	(80)	(80)
Aquisição de Sociedade	3.313	3.313
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	8.667	8.667
Desconsolidação Via Varejo	937	937
Passivo circulante	7.730	7.730
Passivo não circulante	5.267	5.267
Em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado	5.267	5.267
Captação	519	519
Remensuração	1.184	1.184
Provisão de juros	985	985
Varição cambial e monetária	1.143	1.143
Amortizações	(80)	(80)
Baixa por Antecipação do encerramento do contrato	(80)	(80)
Passivos relacionados aos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	(346)	(346)
Em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	5.787	5.787
Passivo circulante	507	507
Passivo não circulante	5.280	5.280
23.3. Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo		

Despesas (receitas) do período:

Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	34	31
Subarrendamentos (*)	(230)	(191)
(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais. 24. <b>Receitas a apropriar</b> – As receitas a apropriar são registradas pela CBD e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (back lights) para exposição de produtos dos fornecedores, são reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.		

2019 2018

Compromisso de venda futura de imóveis	10	16
Garantias complementares ou estendidas	16	19
Contrato de permuta	–	–
Contrato de prestação de serviço – Allpark	9	11
Receita com operadoras de cartão de crédito e bancos	84	44
Back lights	142	134
Cartão Presente	99	8
Outros	31	31
<b>Consolidado</b>	<b>391</b>	<b>263</b>
2019 2018		
Circulante	365	250
Não circulante	26	13
25. <b>Patrimônio líquido</b> – a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2019 e 2018 de R\$5.620 é representado por 223.698 de milhares de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, abaixo apresentamos a composição do capital social por acionista em 2019 e 2018:		

Wilkes Participações S.A.

07/05/2019, 24/06/2019, 24/07/2019, 29/10/2019 e 10/12/2019 foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$32 (R\$3 em 31/12/2018) mediante a emissão de 1.152 mil de ações preferenciais (265 mil de ações preferenciais em 31/12/2018). Em 31/12/2019 o capital social é de R\$ 6.857 (R\$ 6.825 em 31/12/2018). b. Direitos das ações: As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da CBD; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo, para fins de cálculo do respectivo valor, o dividendo preferencial pago nos termos do item (i) anterior. Quando uma parte relacionada adquira ações do capital da CBD (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanece registrada como ações em tesouraria, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria CBD. c. Reserva de lucros: (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital. (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de atividades adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia. d. *Opções outorgadas reconhecidas*: Na rubrica "Opções outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da CBD, nos termos do CPC 10(R1)/(IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações. Os empregados e administradores da CBD (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações"). A CBD mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da CBD e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos. A despeza ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfizesse todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços. Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação. Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da CBD ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	Quantidade de opções (em milhares)				
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
Série B3	30/05/2016	30/05/2019	0,01	823	(658)	(77)	(88)	–
Série B4	30/05/2016	30/05/2019	37,21	823	(640)	(110)	(73)	–
Série C3	31/05/2017	31/05/2020	0,01	537	(211)	(54)	–	272
Série C4	31/05/2017	31/05/2020	56,78	957	(209)	(55)	–	273
Série B3 -Tranche2	27/04/2018	30/05/2019	0,01	95	(95)	–	–	–
Série C3 -Tranche2	27/04/2018	30/05/2019	56,83	95	(95)	–	–	–
Série B5	31/05/2018	31/05/2021	0,01	594	(116)	(37)	–	441
Série C5	31/05/2018	31/05/2021	62,61	594	(115)	(38)	–	441
Série B6	31/05/2019	31/05/2022	0,01	434	(3)	(17)	–	414
Série C6	31/05/2019	31/05/2022	70,62	331	(2)	(17)	–	312
<b>Consolidado</b>				<b>4.863</b>	<b>(2.144)</b>	<b>(405)</b>	<b>(161)</b>	<b>2.153</b>

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações – GPA: A CBD instituiu dois planos de opção de compra de ações preferenciais em 2019, sendo séries B6 e C6. Conforme os termos dos planos das séries, inclusive séries B6 e C6, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação preferencial da CBD. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (vested) é a permanência do beneficiário como funcionário da CBD. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção. De acordo com os planos, inclusive séries B6 e C6, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da CBD. Para este plano foram outorgadas 765 mil opções de ações. Em 31/12/2019, havia 233 mil opções preferenciais em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação preferencial da CBD no B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$87,65 para cada ação. O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2019 de todas as opções outorgadas:

	2019	2018
Quantidade de ações total	267.997	266.845
<b>Saldo das séries outorgadas em vigor</b>	<b>2.153</b>	<b>2.755</b>
Percentual máximo de diluição	0,80%	1,03%
O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B4 e C4: (a) expectativa de dividendos de 0,57%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 35,19% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,28% e 10,07%; período de vesting de 18 a 36 meses. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de 36,52% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de 32,74% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%. A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31/12/2019 é de 1,50 (1,25 anos em 31/12/2018). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31/12/2019 foi de R\$56,41 (R\$45,24 em 31/12/2018).		
<b>Média ponderada do preço de contraprestação</b>	<b>30,91</b>	<b>36,62</b>
<b>Média ponderada do preço de remanescente</b>	<b>26,03</b>	<b>26,03</b>

2019 2018

Outorgadas durante o exercício	1.378	30,91
Canceladas durante o exercício	(229)	36,64
Exercidas durante o exercício	(697)	31,96
Expiradas durante o exercício	(236)	68,62
Em aberto no fim do exercício	2.755	26,03
Total a exercer em 31/12/2018	2.755	26,03
Em 31/12/2019		
Outorgadas durante o exercício	765	30,55
Canceladas durante o exercício	(126)	31,75
Exercidas durante o exercício	(1.080)	21,55
Expiradas durante o exercício	(161)	16,74
Em aberto no fim do exercício	2.153	30,25
Total a exercer em 31/12/2019	2.153	30,25
Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31/12/2019 foram de R\$27 (R\$20 em 31/12/2018). 25.1. Outros resultados abrangentes: <b>Varição cambial de investimento no exterior</b> : Efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados de euros para Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cnova N.V e de pesos colombianos para Reais, correspondendo ao investimento da Sendas na subsidiária Exitó. O efeito na		

outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma. O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação. A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31/12/2019. **Plano de remuneração**: O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da CBD, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê"). Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31/12/2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B4, B5 e B6 do Plano de remuneração. As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela CBD, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragesimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"). O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício. O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício"). O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da CBD, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações. O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração. A CBD irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos. **Plano de opção**: O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da CBD, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da CBD as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê"). Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31/12/2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C4, C5 e C6 do Plano de opção. Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais de emissão da CBD realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício"). As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragesimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de remuneração. O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício. O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da CBD, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações. As informações relativas ao Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:

2019

Controladora foi de R\$151 (R\$126 em 31/12/2018). 25.2. Reserva de sub-venção: Em 29/06/2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a CBD nos anos de 2013 a 2017. Em dezembro de 2018 a CBD destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária. 25.3 Dividendos e Juros sobre capital próprio: Em 2019 o Conselho de Administração aprovou distribuição de juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$67 conforme abaixo: • 31/03/2019: R\$58 sendo R\$0,256054388 por ação ordinária. • 30/06/2019: R\$9 sendo R\$0,041529099 por ação ordinária. A distribuição de dividendos para os acionistas da controlada CBD é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da CBD. O Estatuto Social da controlada CBD estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho. A CBD poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei. Em 25/03/2019 a controlada CBD aprovou o JCP relativo ao lucro de 2018 no valor de R\$192 sendo R\$0,747146155 por ação preferencial e R\$ 0,67922378 por ação ordinária, pagos em 27/05/2019. Referente ao exercício 2019 o Conselho de Administração da CBD aprovou antecipações de distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$37, conforme detalhado abaixo: Em 24/06/2019 a Administração da CBD aprovou o valor de R\$37 sendo R\$0,142512451 por ação preferencial e R\$ 0,129556774 por ação ordinária, pagos em 16/08/2019. A Administração da CBD propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de juros sobre capital próprio aos seus acionistas no valor líquido de R\$32, realizada no exercício de 2019.	
---	--

2019 2018

<b>Dividendos propostos</b>		
2019	2018	Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>790</b>	<b>1.149</b>
Reserva legal	(39)	(60)
Reserva de incentivos fiscais	–	(10)
Base de cálculo dos dividendos	<b>751</b>	<b>1.079</b>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	<b>188</b>	<b>270</b>
Dividendos adicionais	–	11
Juros sobre capital próprio intermediários pagos	(32)	(225)
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>156</b>	<b>56</b>
<b>26. Receita de venda de bens e/ou serviços</b> – O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. <b>Vendas de mercadorias</b> : As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a CBD e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a CBD e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas		



## Negócios

### Bancos digitais aumentam presença no Brasil durante pandemia



Os novos hábitos adquiridos pela população durante o isolamento social aceleraram a participação dos bancos digitais no Brasil. Apesar do poder financeiro e da ainda alta concentração das instituições tradicionais, esses novos personagens estão dando cara nova ao sistema financeiro nacional, que aos poucos ganha mais competição. Sem tarifas nem agências bancárias, alguns conseguiram dobrar a carteira de clientes durante a pandemia e ganharam, pelo menos, três anos na corrida por maior presença no setor. Um levantamento do UBS Evidence Lab mostra que em 2020, pela primeira

vez, a parcela de downloads de aplicativos dos novos players ultrapassou a de instituições tradicionais. Em 2019, a participação dos maiores bancos era de 52% e dos novos, 48%. No ano passado, essa posição se inverteu, com os bancos digitais alcançando uma fatia de 52%.

“Calculamos que atualmente o País tenha mais de 60 milhões de contas digitais, sem considerar os números do Caixa Tem (usado para o pagamento do auxílio emergencial)”, diz o analista do UBS Thiago Batista. Na avaliação dele, a pandemia levou muitas pessoas que não tinham confiança nos sistemas digitais – como pessoas mais

velhas – a usar esses bancos pela internet. “Hoje, vejo esse movimento sem volta. Quem começa a usar, não para.”

O movimento tem sido tão intenso que, na Neon, o hábito digital da população antecipou, no mínimo, em três anos a escalada de crescimento. “Foi um ano em que crescemos muito além do imaginável”, diz Pedro Conrade, fundador da instituição. Entre março e agora, a empresa cresceu três vezes em receita e número de clientes (hoje, somam 12 milhões). “Cerca de 65% dos clientes ativos usam a conta da Neon como sua conta principal.”

Estado SP

### Covid faz de Mercado Livre titã regional



A pandemia, que obrigou a população do mundo inteiro a fazer mais compras pela internet em função das medidas de isolamento, transformou o e-commerce Mercado Livre, que já era uma das empresas mais valiosas da América Latina, em um titã regional. Do início da crise da covid-19, em março, até agora, o valor de mercado da companhia, listada desde 2007 na bolsa americana Nasdaq, saltou de US\$ 27 bilhões (R\$ 145 bilhões) para quase US\$ 77 bilhões (R\$ 415 bilhões), uma alta de 185%.

O feito levou o marketplace a ultrapassar nomes tradicionais da economia brasileira em valor de mercado, como Petrobrás e todos os grandes bancos. A empresa chegou

### Mercado de roupas e calçados retrai 24%, acima da média global, diz consultoria

A indústria brasileira de vestuário e calçados retraiu 24% em 2020, acima da média de recuo global, de 17,3%. O setor movimentou hoje US\$ 20,7 bilhões (R\$ 107,7 bilhões) no país, mostram dados exclusivos da Euromonitor, empresa britânica de pesquisa de mercado. Analistas apontam para recuperação do patamar de 2019 apenas em 2023, quando o mercado atingirá o tamanho de US\$ 27,4 bilhões (R\$ 147 bilhões). A retomada bra-

sileira deve ser mais rápida que a global, que retorna ao cenário pré-Covid em 2024, totalizando US\$ 1,7 trilhão (R\$ 9 trilhões).

A queda em calçados (27,6%) foi superior à de roupas (23%) no Brasil.

De acordo com Guilherme Machado, analista sênior da empresa, a perspectiva no início da pandemia era mais pessimista. A projeção era de retomada em L; hoje, diante de maior perspectiva de imunização, a curva pode ser em V.

Biznews



até mesmo a ultrapassar a Vale e ficar, momentaneamente, na primeira colocação das mais valiosas da região. Considerada por analistas de mercado como a grande competidora latina das gigantes globais Amazon e Alibaba, a empresa se prepara agora para um novo salto: começar a vender alimentos frescos e ingressar no disputado nicho de delivery de restaurantes.

A pandemia, que obrigou a população do mundo inteiro a fazer mais compras pela internet em função das medidas de isolamento, transformou o e-commerce Mercado Livre, que já era uma das empresas mais valiosas da América Latina, em um titã regional. Do início da crise da covid-19, em março, até agora, o valor de mercado da companhia,

listada desde 2007 na bolsa americana Nasdaq, saltou de US\$ 27 bilhões (R\$ 145 bilhões) para quase US\$ 77 bilhões (R\$ 415 bilhões), uma alta de 185%.

O feito levou o marketplace a ultrapassar nomes tradicionais da economia brasileira em valor de mercado, como Petrobrás e todos os grandes bancos. A empresa chegou até mesmo a ultrapassar a Vale e ficar, momentaneamente, na primeira colocação das mais valiosas da região. Considerada por analistas de mercado como a grande competidora latina das gigantes globais Amazon e Alibaba, a empresa se prepara agora para um novo salto: começar a vender alimentos frescos e ingressar no disputado nicho de delivery de restaurantes.